

AS CLASSES ARMADAS HOMENAGEARAM O PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS COM UM ALMOÇO DE 1.200 TALHERES

Em nome do Exército e da Marinha saudou o Chefe da Nação o almirante Guilherme, pronunciando um brilhante discurso sobre as realizações das nossas forças militares

RIO, 31 (Agência Nacional). — No salão de banquês do Automóvel Clube Brasileiro, realizou-se, hoje, às 13 horas, o almoço de 1.200 talheres, que as classes armadas ofereceram ao chefe da Nação.

Em nome do Exército e da Marinha, oferecendo o almoço, falou o almirante Ernesto Guilherme, ministro da Marinha.

Agradecendo, o presidente Getúlio Vargas pronunciou o seguinte discurso: "Senhores: As instituições militares do Brasil encerram as suas atividades e realizações de 1940 com mais esta expressiva demonstração de desenvolvimento no regime de uma empreitada patriótica. Quando todas as atividades energéticas se concentram e convergem para um fim único e vemos o Exército e a Marinha perfeitamente integrados na grande obra de renovação nacional, formando verdadeira união sagrada pelo engrandecimento da pátria, temos motivos de sobra para encerrar os dias futuros com otimismo e confiança. Atravessamos períodos difíceis no passado."

Com as forças dispersas e malbaratadas, envelhecido e explorado pelos cerebros partidários, a nossa defesa em competição dos interesses pessoais e de grupos, e país oferecia um aspecto verdadeiramente contradistrito, e a dor dos seus vastos recursos e de sentir-se unido pela língua, religião e honras tradições históricas, permanecia estacionário e, por vezes, regressiva. As rivalidades regionais e as instituições inadequadas fomentavam a desorganização política e administrativa, as agitações estereis e os perigos do separatismo criminoso. A despeito de tudo, as forças armadas substituíram como mare, da integração nacional, polarizando as nossas esperanças e anseios de renovação. E foi por contar com elas que lutamos e vencemos, sobrepondo-nos a dificuldades de toda sorte.

A OBRA EMPRENDIDA PELO ESTADO NOVO NÃO PODE CONHECER TREGUAS NEM DESCANSO. Evacuando, agora, as vitórias decisivas.

Na demonstração da Tesouraria Geral do Estado, hoje publicada, verifica-se o pagamento feito à Cia. Paraíba de Cimento Portland S/A na importância de R\$. 300.018.600.

Parece, à primeira vista, que o Governo do Estado, embora atravessando situação de parcos recursos, transigiu com aquela Cia., em prejuízo dos demais fornecedores, cujas contas, referentes à Administração anterior, se acham em atraso de pagamento.

Tal, porém, não aconteceu. O que se deu não foi mais do que um mero encontro de contas, pois a Companhia Portland ao mesmo tempo que era credora do Estado, era igualmente devedora de importância equivalente, correspondente a fornecimentos de energia elétrica.

Acresce a circunstância de que a Companhia Portland leve, ainda, de entrar para os cofres públicos com mais de uma dezena de contos de réis.

OS GASTOS COM GASOLINA EM 1939 E EM 1940

De agosto a dezembro de 1940 o Estado dispendeu menos 69:879\$900 do que em igual período de 1939

Na vigência da intervenção passada, a perjurializou-se gasolina de uma fôrma espantosa e os carros oficiais atravancavam as praças e ruas da cidade, nem sempre rolando a serviço das repartições a que pertenciam. Tornou-se motivo de escândalo o emprego de veículos do Estado, guiado por motoristas pagos pelos cofres públicos, queimando combustível custado com moralidade da usos dos carros oficiais, tendo em conta o direito do público, que se capacitou de que a Paraíba retornava, enfim, às suas tradições.

Uma das primeiras providências do interventor Ruy Carneiro foi exatamente a moralização da usos dos carros oficiais, tendo em conta o direito do público, que se capacitou de que a Paraíba retornava, enfim, às suas tradições.

vas obtidas contra as forças desagregadoras, as investidas do reacionarismo e as manobras extremistas, adquiriu a certeza de que podemos marchar resolutamente pelo caminho desbravado, recolhendo, cada dia, maiores benefícios do grande e nobre esforço coletivo, dispendido em bem da pátria. A medida que avançamos, o entusiasmo da ação se revigora e contagia até os célicos e indiferentes. A obra que empreendemos desdobra-se cada vez mais, exigindo trabalho contínuo e peritino, que, pelas circunstâncias excepcionais do momento, não pode conhecer treguas nem descanso. Assim, para ter uma precisa ideia da atuação que estamos enfrentando, basta ressaltar o fato de ter a guerra atual repercutido mais profunda do que a de 1918. O conflito atual, europeu, isolado, fechado ao intercâmbio internacional, ao contrário do que se verificou no conflito anterior, em que todos os mercados se encontravam abertos as trocas habituais. Ainda assim, em meio às perturbações generalizadas, continua inalterável a ação governamental na realização do seu vasto programa, que abrange todos os campos de atividades, desde a organização do crédito à exploração das nossas riquezas, ao desenvolvimento das indústrias, ao incremento dos transportes. O volume global da produção mantém-se quase no mesmo nível dos períodos anteriores, graças à expansão do mercado interno, à criação de novas fontes de trabalho e ao fortalecimento do poder aquisitivo das populações, acelerando-se, portanto, o ritmo da nossa economia, que já dos velhos moldes para uma industrialização capaz de aproveitar todos os nossos recursos naturais e competitivos com a nossa estrutura de país moderno. Tudo isso foi possível pelo exemplo de disciplina que as forças armadas sustentaram, pelo espírito de compreensão e de patriotismo com que impuseram e defenderam a obra de renovação nacional, pela tranquilidade e confiança que ofereceram à ação inteira.

O INCREMENTO DO NOSSO REAPARELHAMENTO MILITAR

Os acontecimentos da atualidade mostram como fômos previdentes e rápidos, iniciando, bem antes que impusesse a guerra, o nosso reaparelhamento militar. Não agimos sob inspirações improvisadas, mas em obediência a um programa metódico, que abrange todos os setores de defesa, em terra, mar e ar. Cuidamos de atender ao mesmo tempo o preparo pessoal e o equipamento material. E esse reequipamento expressou-se, além da extraordinário esforço do país em benefício da própria segurança, dadas as dificuldades financeiras que se nos apresentaram.

REGRESSOU A ESTA CAPITAL O DR. GUIMARÃES RAES DUQUE

Pelo avião da carreira, regressou ontem a este Estado, o dr. Guimarães Duque, ilustre secretário da Agricultura, que tinha ido a Fortaleza passar o Natal em companhia de sua exma. família.

Ontem mesmo o digno auxiliar do Governo reassumiu o exercício das suas altas funções, despachando à tarde com o sr. Interventor Federal.

De agosto a dezembro de 1939 o Estado dispendeu mais 69:879\$900 do que em igual período de 1940. O resultado dessa orientação moralizadora se positivou de maneira impressionante, como se verifica da demonstração do consumo de gasolina nos quatro últimos meses do ano recém-fimado.

Conviém acentuar que o preço da gasolina, que vigorou em 1939, foi inferior ao que prevaleceu em 1940, sendo, muito maior, ter sido a redução na despesa em preço.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

Organizado esse órgão da administração estadual

O DECRETO-LEI n.º 145, de 30 de dezembro recém-fimado, estabeleceu a padronização dos quadros do funcionalismo estadual e instituiu a racionalização dos serviços públicos, dispondo também sobre a organização de um departamento especializado, cuja missão consiste em dar execução às medidas consubstanciadas naquele ato do Poder Executivo.

A criação do Departamento do Serviço Público, composto de três Divisões, cada uma com funções definidas, foi uma das providências fundamentais daquela medida, cabendo a esse órgão da administração estadual, atribuições em tudo semelhantes às que foram conferidas ao DASP, que lhe serve de modelo.

Dando execução ao decreto-lei n.º 145, o sr. Interventor Federal nomeou, em data de ontem, os diretores do ESP, recaindo a escolha de s. ex.ª nos drs. José Simão Leal, para a Divisão de Organização e Planejamento; Romero de Souza e Silva, para a Divisão de Pessoal, Seleção e Aperfeiçoamento; e Graciano Medeiros, para a Divisão de Material.

Os funcionários nomeados para essas divisões são elementos de eficiência comprovada, possuidores de conhecimentos dos processos, problemas que lhes cabe enfrentar para equacionar a máquina administrativa nos moldes envidados por reforma que se vai pôr em prática no Estado.

CUMPRIMENTOS DE ANO BOM AO SR. INTERVENTOR FEDERAL

VISITARAM O CHEFE DO GOVERNO O COMANDANTE E OFICIAIS DA FORÇA POLICIAL DO ESTADO E DO 22.º B. C.



Aspecto acanhado quando da visita ao interventor Ruy Carneiro, do comandante e oficialidade da Força Policial do Estado.

OS oficiais da Força Policial do Estado, tendo à frente o seu ilustre comandante, coronel Anacleto Tavares, estiveram na manhã de ante-onde, no Palácio da Redenção, em visita de cortesia ao interventor Ruy Carneiro.

Conduzidos para o salão nobre pelo coronel Elísio Sobreira, assistente militar da Interventoria Federal, os visitantes apresentaram cumprimentos de ano

novo ao interventor Ruy Carneiro, que se encontrava acompanhado de outros auxiliares de sua administração.

Nesse momento, usou da palavra, o coronel Anacleto Tavares, digno comandante da nossa milícia, que exprimiu a sua exaltação do sentimento da oficialidade ali presente e dos votos que faziam cada uma pela prosperidade do Estado e pela felicidade pessoal de seu eminente orientador.

Em resposta, o interventor Ruy Carneiro, num feliz improviso agradeceu a visita, retribuindo os cumprimentos da oficialidade da Força Policial, a que desejou iguais felicidades durante o ano que se iniciava.

Em seguida, o comandante e oficiais da nossa brava milícia, foram acompanhados até a saída do Palácio pelo coronel Elísio Sobreira.



Flagrante da visita ao interventor Ruy Carneiro, do comandante e oficiais do 22.º B. C.

Com o fim de apresentar cumprimentos ao interventor Ruy Carneiro pela entrada do novo ano, esteve ontem em Palácio, em visita a s. ex.ª, o major Alfredo Luna, comandante do 22.º B. C., que se fez acompanhar no momento das distin-

ções oficiais, de seu ajudante, capitão José de Sousa Pinto, e tenente Edson Ramalho.

Os ilustres visitantes foram recebidos pelo chefe do Governo, no salão nobre do Palácio da Redenção, e pelo seu assistente militar coronel Elísio Sobreira.

ali se demonstrando em cordial polidez com s. ex.ª.

Após, o interventor Ruy Carneiro acompanhou-os até a saída do Palácio.

Quem da aos pobres empresta a Deus. Quem auxilia a maternidade, empresta a Deus e a Pátria.

APROVADO O NOVO CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO

O C. N. T. regula a circulação dos veículos auto-motores, de qualquer natureza, em todo o território nacional

RIO, 2 (Pelo rádio) — O Presidente da República assinou um decreto aprovando o Código Nacional de Trânsito, que regula a circulação, em todo o território nacional, dos veículos auto-motores, de qualquer natureza. O Código estabelece medidas relativas às provas desportivas nas vias públicas, circulação internacional, auto-motores de sinalização na via pública.

Na ainda dispositivos com relação às rotas de passageiros e de frete, considerando-se os veículos de transporte coletivo, como auto-ônibus, auto-lotação, taxi-lotação e similares. O mesmo decreto cria um Conselho Nacional de Trânsito, com sede no Distrito Federal, e outros Conselhos

RECEBEDORIA DE RENDAS DA CAPITAL

PAUTA DOS PRINCIPAIS GÊNEROS DE PRODUÇÃO E MANUFATURA DO ESTADO SUJEITOS A DIREITO DE EXPORTAÇÃO, RELATIVA A SEMANA DE 4 A 10 DE DEZEMBRO DE 1940. FORNECIDA PELA RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA

Aguardente, litro	\$900
Alcool litro	\$700
Algodão, Serião e Serião, quilo	\$2400
Algodão Mata, quilo	\$2200
Algodão em caroço, quilo	\$650
Algodão linter, residuo ou publico, quilo	\$350
Algodão refinado de 1.º quilo	\$840
Algodão refinado de 2.º quilo	\$820
Algodão triturado, quilo	\$700
Algodão cristal, quilo	\$600
Algodão bruto seco ou 3.º jato, quilo	\$480
Algodão melado, quilo	\$400
Algodão de outras espécies, quilo	\$500
Batatas nacionais, quilo	\$300
Cebola, cento	\$2000
Couro de boi, secos salgados, quilo	\$2500
Couro de boi, secos espichados, quilo	\$3500
Couro de boi, fôr de sal, quilo	\$5000
Couro de boi, verdes, quilo	\$1800
Couro de bode, quilo	\$700
Couro de carneiro, quilo	\$700
Farinha de mandioca, quilo	\$120
Fécula multilítero, quilo	\$500
Fécula macassar, quilo	\$350
Fava, litro	\$400
Milho, litro	\$250
Óleo refinado de semente de algodão, litro	\$1400
Óleo cru de semente de algodão, litro	\$1200
Óleo de semente de mamona, litro	\$1500
Óleo de algodão, litro	\$1400
Pasta de semente de algodão, quilo	\$170
Raspas de soja polida, quilo	\$3000
Raspas de soja envernizada, quilo	\$4500
Semente de algodão, quilo	\$100
Semente de mamona, quilo	\$500
Semente de algodão, quilo	\$8000
Tecidos de algodão, quilo	\$7000
Tecidos ou quadras de raspa de algodão, quilo	\$900
Tecidos ou quadras de raspa de algodão, quilo	\$900
Tecidos ou quadras de raspa de algodão, quilo	\$900

Os demais produtos constam da Pauta geral.

1.ª Seção da Recebedoria de Rendas de João Pessoa, em 30 de dezembro de 1940.

Aprova — Ernesto Silveira, diretor.
João II de Barros, oficial da classe "D".

DE grão em saca a galinha enche e papel. De sucesso em sucesso a CASA AZUL se impõe! Mais uma CASA AZUL para servir a v. s. no Posto de Cem Réis.

PLANTÃO DE FARMÁCIAS DURANTE O MÊS DE JANEIRO DE 1941

Póvo	1-9-17-25
Minerva	2-10-18-26
Teixeira	3-11-19-27
S. Terezinha	4-12-20-28
Confiança	5-13-21-29
S. Antonio	6-14-22-30
Central	7-15-23-31
Londres	8-16-24

MONTEIRO, BRITO & CIA.

Concessionários FORD
Distribuidores MERCURY
MACIEL PINHEIRO, 28
João Pessoa — Paraíba
OFICINAS — Maciel Pinheiro, 460
POSTO DE SERVIÇO — Praça Alvaro Machado

VIOLENTO INCENDIO

está ameaçando destruir vários armazéns e depósitos do porto de Paranaguá

PARANAGUÁ, 2 — (Agência Nacional — Brasil) — Irrompeu no porto desta cidade um incêndio que está ameaçando destruir vários armazéns e depósitos. As autoridades locais iniciaram imediatamente esforço com o intuito de isolar os focos e apagar as chamas. O rebocador "Comandante Dorati", do Lido Brasileiro, que se encontra neste porto, está auxiliando o combate ao fogo, procurando impedir que o mesmo se alastre às embarcações.

FIBRAS VEGETAIS Os Estados Unidos aumentam a sua exportação

O Escritório de Expansão Comercial do Brasil em Nova York comunicou ao Ministério do Trabalho que o "Commerce Reports" divulgou que a importação de fibras e de tecidos de fibras para consumo nos Estados Unidos aumentou durante o primeiro semestre deste ano de 24,6% em relação ao período idêntico do ano passado. Essa importação foi avaliada em \$199.607.000 contra \$160.203.000, em 1939. A importação de estopa, trapos e sacos velhos de juta e artigos semelhantes atingiu o valor de \$125.588.000 no referido semestre de 1940, enquanto que no de 1939 foi somente de \$89.906.000. A importação de outros produtos têxteis, principalmente manufaturados, foi avaliada em \$74.019.000, havendo sido nos seis meses em agosto do ano passado, de \$70.297.000. Em outras fibras importadas pelos Estados Unidos no primeiro semestre de 1940, figuram as seguintes: sisal e henequim (variedades de agave) 75.509 toneladas, no valor de \$6.642.000; canhamo de Manilha, \$2.724 toneladas, \$2.959.000; fibra de algodão (inclusive linters), \$8.594.000 libras-peso, \$3.807.000 (tipos especiais na maior parte); juta, 35.646 toneladas, \$4.859.000; canhamo, 3.018 toneladas, \$1.651.000; palma (kapok), 3.045 toneladas, \$925.000; seda artificial (rayon) e outras fibras sintéticas, inclusive fio de seda artificial e fibra sintética cortada, 12.854.000 libras-peso, \$2.397.000; pêlo animal (excetuados a lã, o pêlo do camelo e semelhantes), 8.233.000 libras-peso, \$1.705.000; trapos e sacos de lã, 3.235.000 libras-peso, \$2.076.000; e estopa de algodão, 12.660.000 libras-peso, \$509.000.

SORTIMENTO: CASA AZUL. Frete: CASA AZUL. Acabamento: CASA AZUL, a casa da elite pessoense. CASA AZUL (filial), Posto de Cem Réis.

DOENÇAS DO Aparelho Digestivo e Anexos
Diagnóstico e Tratamento
Dr. Damasquino Maciel
ESPECIALISTA
Rua Duque de Caxias, 504
Das 15 às 17 horas

A UNIAO

ASSINATURA
Por ano \$8000
Por semestre \$4000
Número avulso \$300
Número atrasado do ano corrente \$400
Telefones:

Direção: 1145
Gerência: 1211
Almoxarifado e Portaria: 1219
Oficinas: 1217

Toda correspondência relativa a assinaturas, anúncios e publicações pagas, deve ser dirigida à Gerência.

SUBSIDIÁRIO NA CAPITAL DA REPÚBLICA
Exclusividade para contratar e receber anúncios e outras publicações pagas, do Sul do País.
Diretor — ALDEMAR BAIA
Praça Floriano, 19
Edifício Império, 4.º andar
Caixa Postal, 381
RIO DE JANEIRO

S. PAULO
ARION BAIA
Rua Felipe de Oliveira, 21-2.º andar.

Instituto Comercial "UNDERWOOD" FUNCIONANDO NESTA CAPITAL DESDE 1929

Oficializado pelo Estado desde 1932

Ensino completo dos cursos: — primário, dactilografia, guarda-livros, perito contábil, stenografia e normal, a começar deste ano.

Prepara com rapidez e eficiência candidatos a exames de admissão em qualquer curso desta cidade sendo gratuito o ensino dos que desejarem prestar exames de admissão neste Instituto. Qualquer informação, poderá ser ministrada, diariamente, na secretaria deste estabelecimento à Avenida General Osório n.º 219.

AS PESSOAS QUE TOSSEM

As pessoas que se resfriam e se constipam facilmente; as que sentem o frio e a humidade; as que por uma ligeira mudança de tempo, ficam logo com a voz rouca e a garganta inflamada; as que sofrem de uma tosse, bronquite, os asmáticos, e finalmente as crianças que são acometidas de coqueluche, poderão ter a certeza de que o seu remédio é o Xarope São João. É um produto científico apresentado sobre a forma de um saboroso xarope. É o único que ataca o estomago nem os rins. Age como tônico calmante e faz expectorar sem tossir. Evita as afecções do peito e da garganta. Facilita a respiração, tornando-a mais ampla; limpa e fortalece os brônquios evitando as inflamações e impedindo aos pulmões a invasão de perigosos microbios. Ao público recomendamos o Xarope São João para curar tosse, bronquite, asma, gripe, coqueluche, catarros, defluxos, constipações.

SOFREIS IRMÃOS?

O Centro Espírita Luz, Caridade e Amor (fundado em 21 agosto, com assistência de médico espírita, à Rua Maia Lacerda, 54, Rio, vos enviará gratis as indicações para o vosso tratamento, bastando para isso remeter nome, idade, residência e envelope selado e subscrito para a resposta.

DR. HERMANCE PAIVA

Vias urinárias
Clínica médica
Residência: Barão da Passagem, 225 1.º andar.
Consultório: Barão do Triunfo, n.º 312 Consultas das 13 às 18 horas diariamente
JOAO PESSOA PARAIBA

Doenças de Senhoras — ESPECIALISTA —
DRA. NEUSA DE ANDRADE
Consultório: Rua Barão do Triunfo, 339 1.º andar
Consultas de 14 às 17 horas
Residência: — Trinchelas, 676 Fone — 1.184

MANTEIGA "LYRIO", A MARCA SUPREMA

PRODUTO FINÍSSIMO. DE SABOR INTEGRAL. E QUE, ALEM DISTO, DISTRIBUI — CHEQUES DE \$5000 ATE 1:000\$5000

"ZIZITA", a manteiga de todas as casas

TAMBEM SE ENCONTRAM CHEQUES EM SUAS LATAS DE 3 QUILOS!

Dr. Alcides Vasconcelos

Ex-assistente do Prof. Pitanga
Aparelho digestivo — Rêto e Anus Santos
ONDAS CURTAS E D'AR.
SONALIZAÇÃO
Consultório: Imperatriz, 89
Das 9 às 12 horas, diariamente
RECIPE

Hemorroidas: — Cura sem operação e sem dor. Ulcera do estomago — Dispepsia — Colicose — Diarréias — Prisão de ventre — Fistulas e Pruridos da margem do anus.

DR. HELIO PESSOA

CLÍNICA — CIRURGIA — CERAMICA E RADIOLOGIA DENTARIA

Obturações de canais controlados pela radiografia — Películas occlusais para localização de dente incluído — Incrustações cementadas (Método do dr. Phillips).

Consultório: — Rua Barão do Triunfo, 419, 1.º andar. Sala 2. Tel. 1304
Expediente: — De 7 às 11 e de 12 às 15 horas

JOÃO VELOSO FILHO

ADVOGADO

Residência:

RUA MONSENHOR VALFREDO, 41
Itabaiana

DR. EDSON DE ALMEIDA

Chefe da Clínica Dermato-Sifiligráfica da Santa Casa e do Dispensário de Doenças da Pele do Centro de Saúde

DOENÇAS DA PELE E SIFILIS

Tratamento por processos especializados das afecções da pele, unhas, pêlos e do COURO CABELUDO

Orientação moderna no tratamento da SÍFILIS e dos tumores malignos da pele

ELETRICIDADE MEDICA

DIARIAMENTE DAS 14 ÀS 17 HORAS

Consultório: Rua Visconde de Pelotas, 289

Residência: Avenida dos Estados

DR. J. ESCOBAR

DIPLOMADO PELA FACULDADE DE MEDICINA DE PORTO ALEGRE

Com 18 anos de prática nos Hospitais do Rio Grande do Sul. Médico do Instituto de Proteção e Assistência à Infância.

CLÍNICA MEDICA E CIRURGICA EM GERAL — DOENÇAS DAS SENHORAS E PARTOS

ESPECIALISTA EM DOENÇAS DAS CRIANÇAS E DO SANGUE

CONSULTÓRIO: — Rua Duque de Caxias n.º 511 - 1.º andar

Consultas das 11 às 12 e das 15 às 17 horas

RESIDÊNCIA: — Avenida João Machado n.º 933 — Fone n.º 1749

ATENDE CHAMADOS A QUALQUER HORA

João Pessoa

ROUPAS

CONFECÇÃO "RENNER"

LIQUIDAÇÃO DE STOCK

Chamamos a atenção da nossa clientela para os preços porquanto estão sendo vendidos, na agência à rua Maciel Pinheiro n.º 23, um grande stock de roupas da Confecção "RENNER".

ABA'TIMENTOS ATE 7 DE 40% — APROVEITEM

DR. LAURO WANDERLEY

MEMBRO DO "COLEGIO BRASILEIRO DE CIRURGIOS" (Rio de Janeiro)

CIRURGIÃO DO H. SANTA ISABEL

Chefe da Clínica Ginecológica da Maternidade

CIRURGIA

DOENÇAS DAS SENHORAS — PARTOS

Consultório: Em frente ao "Plaza" — 3 às 6

o cap. de fragata. Adalberto A. Rodrigues, tendo a primeira precedido ao critério de merecimento e a segunda ao de antiguidade.

DIÁRIO OFICIAL

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. DR. RUY CARNEIRO

Interventoria Federal

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR DO DIA 30 DE DEZEMBRO DE 1940.

Peticões:

De Josefa Jorge de Carvalho, professora municipal da escola de S. João do município de Mamanguape, requerendo reintegração no auxílio cargo. — Despacho: Indeferido à vista das informações.

De Egidio Nobre Saldanha, professora de 1.ª entrância, com exercício na escola rudimentar noturna feminina de Santa Cruz, município de Santa Cruz, requerendo abono de faltas dadas por motivo de doença no mês de novembro p. findo. — Despacho: Como requer.

Decretos:

O Interventor Federal no Estado da Paraíba resolve exonerar o sr. Cleto Ferreira de Lima, 2.º suplente de subdelegado da circunscrição de Desterro, do distrito de Teixeira, por não ter assumido o exercício no prazo legal.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba resolve exonerar o sr. Francisco Leite Ferreira, do cargo de suplente de subdelegado da circunscrição de Desterro, do distrito de Teixeira, por não ter assumido o exercício no prazo legal.

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR DO DIA 31:

Peticão:

N.º 19.362 — De Heracleto de Siqueira Costa — Indetido o pedido por falta de fundamento legal.

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR DO DIA 2 DE DEZEMBRO DE 1941:

Decretos:

O Interventor Federal no Estado da Paraíba resolve exonerar o sr. Cleto Ferreira de Lima, 2.º suplente de subdelegado da circunscrição de Desterro, do distrito de Teixeira, por não ter assumido o exercício no prazo legal.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba resolve exonerar o sr. Cleto Ferreira de Lima, 2.º suplente de subdelegado da circunscrição de Desterro, do distrito de Teixeira, por não ter assumido o exercício no prazo legal.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba resolve exonerar o sr. Cleto Ferreira de Lima, 2.º suplente de subdelegado da circunscrição de Desterro, do distrito de Teixeira, por não ter assumido o exercício no prazo legal.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba resolve exonerar o sr. Cleto Ferreira de Lima, 2.º suplente de subdelegado da circunscrição de Desterro, do distrito de Teixeira, por não ter assumido o exercício no prazo legal.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba resolve exonerar o sr. Cleto Ferreira de Lima, 2.º suplente de subdelegado da circunscrição de Desterro, do distrito de Teixeira, por não ter assumido o exercício no prazo legal.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba resolve exonerar o sr. Cleto Ferreira de Lima, 2.º suplente de subdelegado da circunscrição de Desterro, do distrito de Teixeira, por não ter assumido o exercício no prazo legal.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba resolve exonerar o sr. Cleto Ferreira de Lima, 2.º suplente de subdelegado da circunscrição de Desterro, do distrito de Teixeira, por não ter assumido o exercício no prazo legal.

Secretaria do Interior e Segurança Pública

CHEFATURA DE POLÍCIA

EXPEDIENTE DO CHEFE DE POLÍCIA DO DIA 2:

Peticão:

O capitão Mário Sôlo Ribeiro, chefe de Polícia deste Estado.

Considerando que as normas do tráfico não eram regularmente obedecidas nesta capital.

Considerando que não houve, por parte dos transgressores, o propósito expresso de desobediência às leis e ordens ora em vigor.

Considerando ainda como uma advertência as primeiras multas aplicadas.

resolve dispensar todas as multas aplicadas e não pagar até 31 de dezembro do ano findo e convidar todos os motoristas da Paraíba a fiel observância das leis e ordens de trânsito em vigor.

INSPECTORIA GERAL DO TRAFEGO PUBLICO E DA GUARDA CIVIL.

João Pessoa, 2 de janeiro de 1941.

Serviço para o dia 3 (sexta-feira).

Permanente a 1.ª S.T. arquivista Lourival Santana.

Permanente a S.P. o guarda de 1.ª classe n.º 8.

Rondante do tráfego fiscal n.º 13 rondantes do policiamento fiscal n.º 4 e o guarda n.º 9.

Boletim n.º 1.

Para cumprimento nesta corporação e devida execução, publico o seguinte:

Boletim interno n.º 1.

Uniforme 4.º.

PRIMEIRA PARTE:

1.º — Serviço de escala:

Para o dia 3 (quinta-feira).

Dia 3 P.P. tenente Noronha.

Ronda 4 Guarani, sargento ajudante Pequeno.

Adjunto ao oficial de dia, 1.º sargento Queiroz.

Guarda do Quartel, 3.º sargento Ochoa.

Patrulha da cidade, cabo Fonseca.

Reforço da P. da Fazenda, cabo Sebastião Felix.

Reforço do Alameda, cabo Clizino.

Dia 4 1.ª e 3.ª Seção da S.G. soldado Manuel Gomes.

Dia 4 2.ª e 4.ª Seção da S.G. soldado Feliciano.

(as.) Anacleto Tavares da Silva, coadjutor comandante geral.

Confere com o original: Manuel Canabara Moreira, capitão ajudante.

del dos Santos, resp. pelo sub-inspector.

FORÇA POLICIAL DA PARAIBA

ZOMANDO OREAL — SECRETARIA GERAL — CASA DAS ORDENS — Quartel em João Pessoa, 2 de janeiro de 1940.

Para cumprimento nesta corporação e devida execução, publico o seguinte:

Boletim interno n.º 1.

Uniforme 4.º.

PRIMEIRA PARTE:

1.º — Serviço de escala:

Para o dia 3 (quinta-feira).

Dia 3 P.P. tenente Noronha.

Ronda 4 Guarani, sargento ajudante Pequeno.

Adjunto ao oficial de dia, 1.º sargento Queiroz.

Guarda do Quartel, 3.º sargento Ochoa.

Patrulha da cidade, cabo Fonseca.

Reforço da P. da Fazenda, cabo Sebastião Felix.

Reforço do Alameda, cabo Clizino.

Dia 4 1.ª e 3.ª Seção da S.G. soldado Manuel Gomes.

Dia 4 2.ª e 4.ª Seção da S.G. soldado Feliciano.

(as.) Anacleto Tavares da Silva, coadjutor comandante geral.

Confere com o original: Manuel Canabara Moreira, capitão ajudante.

Boletim interno n.º 1.

Uniforme 4.º.

PRIMEIRA PARTE:

1.º — Serviço de escala:

Para o dia 3 (quinta-feira).

Dia 3 P.P. tenente Noronha.

Ronda 4 Guarani, sargento ajudante Pequeno.

Adjunto ao oficial de dia, 1.º sargento Queiroz.

Guarda do Quartel, 3.º sargento Ochoa.

Patrulha da cidade, cabo Fonseca.

Reforço da P. da Fazenda, cabo Sebastião Felix.

Reforço do Alameda, cabo Clizino.

Dia 4 1.ª e 3.ª Seção da S.G. soldado Manuel Gomes.

Dia 4 2.ª e 4.ª Seção da S.G. soldado Feliciano.

(as.) Anacleto Tavares da Silva, coadjutor comandante geral.

Confere com o original: Manuel Canabara Moreira, capitão ajudante.

Boletim interno n.º 1.

Uniforme 4.º.

PRIMEIRA PARTE:

1.º — Serviço de escala:

Para o dia 3 (quinta-feira).

Dia 3 P.P. tenente Noronha.

Ronda 4 Guarani, sargento ajudante Pequeno.

Adjunto ao oficial de dia, 1.º sargento Queiroz.

Guarda do Quartel, 3.º sargento Ochoa.

Patrulha da cidade, cabo Fonseca.

Capítulo III — Atribuições dos funcionários (as) relacionadas as atribuições do Diretor de Serviços.

Capítulo IV — Despachantes, seus ajudantes e caixeiros despachantes.

Se estes fossem funcionários da Recauda, não seriam funcionários no capítulo III.

Vamos, porém, seguir o parecer do sr. Consultor Jurídico: "Não vem ao caso a designação da natureza, a circunstância de não ser o mesmo remunerado pelo Tesouro. Os tabelados e escrevíveis também são estacionados nas burocracias, mas não se consideram funcionários públicos."

O sr. Consultor Jurídico já de convir que a exceção não faz a regra.

Os tabelados e escrevíveis também não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

Vale a pena transcrever o art. 4.º do lei 127 citado pelo sr. Pereira Diniz, para que os funcionários públicos tenham a certeza de que não são funcionários públicos que os legisladores tiveram necessidade de mencioná-los distintamente, para que esses viessem a gozar das prerrogativas de funcionários públicos.

mesmo não cabe qualquer dúvida ou discussão no que concerne à aplicação da lei 127 do Estatuto Indistintamente a todos os funcionários públicos, federais ou não, na parte em que o mesmo se limita a designar os seus respectivos constitucionais, por isso que, neste particular, assume o caráter de uma lei orgânica da própria constituição.

Depois de fazer outros comentários refere-se a cláusula "no que couber" constante do Estatuto e declara que esta cláusula, por ser entendida como uma faculdade outorgada ao Estado de apelar, ao seu arbítrio, os dispositivos da nova lei, mas, como restrito tendente a tornar possível a sua ineficácia imediata com o expurgo das prescrições inavulsas, pela sua incompatibilidade com o sistema administrativo dos Estados e Municípios.

"O Estatuto vige, por consequência, em pleno território dos Estados e atinge — em todo quanto for aplicável — os seus funcionários bem como os dos Municípios."

Terminando assim se exprime o sr. Bitencourt.

Em nome de ordem pública, se aplica imediatamente, abrangendo as situações jurídicas pendentes, sem nenhum respeito às expectativas de quem não tenha sido beneficiário do novo Estatuto.

"Assim, por exemplo, quem já estava aposentado nos termos da lei anterior não pode ser atingido pelos novos dispositivos, quer lhe favoreçam ou prejudiquem. Mas quem só logra a sua aposentadoria com o novo Estatuto terá de cumprir as regras previstas definitivamente firmadas."

"Assim, por exemplo, quem já estava aposentado nos termos da lei anterior não pode ser atingido pelos novos dispositivos, quer lhe favoreçam ou prejudiquem. Mas quem só logra a sua aposentadoria com o novo Estatuto terá de cumprir as regras previstas definitivamente firmadas."

"Assim, por exemplo, quem já estava aposentado nos termos da lei anterior não pode ser atingido pelos novos dispositivos, quer lhe favoreçam ou prejudiquem. Mas quem só logra a sua aposentadoria com o novo Estatuto terá de cumprir as regras previstas definitivamente firmadas."

"Assim, por exemplo, quem já estava aposentado nos termos da lei anterior não pode ser atingido pelos novos dispositivos, quer lhe favoreçam ou prejudiquem. Mas quem só logra a sua aposentadoria com o novo Estatuto terá de cumprir as regras previstas definitivamente firmadas."

"Assim, por exemplo, quem já estava aposentado nos termos da lei anterior não pode ser atingido pelos novos dispositivos, quer lhe favoreçam ou prejudiquem. Mas quem só logra a sua aposentadoria com o novo Estatuto terá de cumprir as regras previstas definitivamente firmadas."

"Assim, por exemplo, quem já estava aposentado nos termos da lei anterior não pode ser atingido pelos novos dispositivos, quer lhe favoreçam ou prejudiquem. Mas quem só logra a sua aposentadoria com o novo Estatuto terá de cumprir as regras previstas definitivamente firmadas."

"Assim, por exemplo, quem já estava aposentado nos termos da lei anterior não pode ser atingido pelos novos dispositivos, quer lhe favoreçam ou prejudiquem. Mas quem só logra a sua aposentadoria com o novo Estatuto terá de cumprir as regras previstas definitivamente firmadas."

"Assim, por exemplo, quem já estava aposentado nos termos da lei anterior não pode ser atingido pelos novos dispositivos, quer lhe favoreçam ou prejudiquem. Mas quem só logra a sua aposentadoria com o novo Estatuto terá de cumprir as regras previstas definitivamente firmadas."

"Assim, por exemplo, quem já estava aposentado nos termos da lei anterior não pode ser atingido pelos novos dispositivos, quer lhe favoreçam ou prejudiquem. Mas quem só logra a sua aposentadoria com o novo Estatuto terá de cumprir as regras previstas definitivamente firmadas."

"Assim, por exemplo, quem já estava aposentado nos termos da lei anterior não pode ser atingido pelos novos dispositivos, quer lhe favoreçam ou prejudiquem. Mas quem só logra a sua aposentadoria com o novo Estatuto terá de cumprir as regras previstas definitivamente firmadas."

"Assim, por exemplo, quem já estava aposentado nos termos da lei anterior não pode ser atingido pelos novos dispositivos, quer lhe favoreçam ou prejudiquem. Mas quem só logra a sua aposentadoria com o novo Estatuto terá de cumprir as regras previstas definitivamente firmadas."

"Assim, por exemplo, quem já estava aposentado nos termos da lei anterior não pode ser atingido pelos novos dispositivos, quer lhe favoreçam ou prejudiquem. Mas quem só logra a sua aposentadoria com o novo Estatuto terá de cumprir as regras previstas definitivamente firmadas."

"Assim, por exemplo, quem já estava aposentado nos termos da lei anterior não pode ser atingido pelos novos dispositivos, quer lhe favoreçam ou prejudiquem. Mas quem só logra a sua aposentadoria com o novo Estatuto terá de cumprir as regras previstas definitivamente firmadas."

"Assim, por exemplo, quem já estava aposentado nos termos da lei anterior não pode ser atingido pelos novos dispositivos, quer lhe favoreçam ou prejudiquem. Mas quem só logra a sua aposentadoria com o novo Estatuto terá de cumprir as regras previstas definitivamente firmadas."

"Assim, por exemplo, quem já estava aposentado nos termos da lei anterior não pode ser atingido pelos novos dispositivos, quer lhe favoreçam ou prejudiquem. Mas quem só logra a sua aposentadoria com o novo Estatuto terá de cumprir as regras previstas definitivamente firmadas."

"Assim, por exemplo, quem já estava aposentado nos termos da lei anterior não pode ser atingido pelos novos dispositivos, quer lhe favoreçam ou prejudiquem. Mas quem só logra a sua aposentadoria com o novo Estatuto terá de cumprir as regras previstas definitivamente firmadas."

"Assim, por exemplo, quem já estava aposentado nos termos da lei anterior não pode ser atingido pelos novos dispositivos, quer lhe favoreçam ou prejudiquem. Mas quem só logra a sua aposentadoria com o novo Estatuto terá de cumprir as regras previstas definitivamente firmadas."

"Assim, por exemplo, quem já estava aposentado nos termos da lei anterior não pode ser atingido pelos novos dispositivos, quer lhe favoreçam ou prejudiquem. Mas quem só logra a sua aposentadoria com o novo Estatuto terá de cumprir as regras previstas definitivamente firmadas."

"Assim, por exemplo, quem já estava aposentado nos termos da lei anterior não pode ser atingido pelos novos dispositivos, quer lhe favoreçam ou prejudiquem. Mas quem só logra a sua aposentadoria com o novo Estatuto terá de cumprir as regras previstas definitivamente firmadas."

CLÍNICA
DR. GENEBA
Dentaduras se
Dentaduras in
(TÉCNICA DE
Consultório : RUA
Horário :

JANSON DE LIMA
reabriu seu consultório
dentário.

Visconde Pelotas, 279
Das 7 ás 11 horas.

de Mamanguape, para inscrever, nos termos do decreto n.º 56, de 27 de setembro do ano p., passado de Luiza de Albuquerque e Endinha, de Timbó — Igual despacho.

De José Fortunato Pessoa, de Timbó — Igual despacho

De Afrédo Laurêncio da Silva, de Jacararé — Igual despacho.

De Antonio Felix Coutinho, de Jacararé — Igual despacho.

De Manoel Ferreira da Silva, de Jacararé — Igual despacho.

De José Teixeira de Sousa, de Jacararé — Igual despacho.

De João Francisco da Silva, de Jacararé — Igual despacho.

De Benedito Francisco de Oliveira de Jacararé, Fracção da Silva, de Jacararé — Igual despacho.

De Manuel Antonio de Santana, de Jacararé — Igual despacho.

De Antonio Soares de Oliveira e irmãos, de Jacararé — Igual despacho.

De Sebastião e João Fonseca, de Jacararé — Igual despacho.

De Josefa Maria da Conceição, de Jacararé — Igual despacho.

De Josefa Maria de Jesus, de Jacararé — Igual despacho.

De Miguel Fernandes Lisboa, de Jacararé — Igual despacho.

De João Pedro da Silva, de Jacararé — Igual despacho.

De Antonio Florêncio da Silva, de Jacararé — Igual despacho.

De Ernesto José de Oliveira, de Jacararé — Igual despacho.

De Antonio Leonardo de Araújo, de Jacararé — Igual despacho.

De Manuel Lino Bispo, de Jacararé — Igual despacho.

De Adelino Felix Coutinho, de Jacararé — Igual despacho.

De João Francisco de Araújo, de Jacararé — Igual despacho.

De João Cristotomo Soares da Silva, de Jacararé — Igual despacho.

De Manoel Luiz Cruz, de Jacararé — Igual despacho.

De Clinto Rodrigues de Carvalho, de Jacararé — Igual despacho.

De Antonio Pereira dos Moraes, de Jacararé — Igual despacho.

De Inês Uchôa de Andrade Liabó de Jacararé — Igual despacho.

De Luiz Augusto Soares, de Jacararé — Igual despacho.

De Manuel Pinto da Paixão, de Jacararé — Igual despacho.

De Manuel Lino Bispo, de Jacararé — Igual despacho.

De Manuel Lino Bispo Filho, de Jacararé — Igual despacho.

De João Pernambuco da Silva, de Jacararé — Igual despacho.

De João Bernardino da Silva, de Jacararé — Igual despacho.

De herdeiros de Pedro Teixeira Bazzari, de Jacararé — Igual despacho.

De Orestes Tocantim Liabó, de Pessoa — Igual despacho.

De herdeiros de Francisco Pernaes de Sebbia, de Jacararé. — Igual despacho.

De João Orescencio da Costa, de Jacararé — Igual despacho.

De herdeiros de Luiz Alves Serrano, de Jacararé — Igual despacho.

De Severino Fabricio da Silva, Tiquetes — Deferido, à vista da formação de sequestro, oportunidade de se isenarem os bens.

De Francisco Rodrigues Viana, Guarubira — Igual despacho.

De herdeiros de Antonio Felizardo Ferreira, Guarubira — Igual despacho.

De Senhorinha M. da Conceição, Guarubira — Igual despacho.

De herdeiros de Estevão de Guarubira — Igual despacho.

De Oscar Marinheiro da Costa, Guarubira — Igual despacho.

De Carlos Araújo Liabó, de Guarubira — Igual despacho.

De José David, de Guarubira — Igual despacho.

De Francisco José da Cruz, de Guarubira — Igual despacho.

De Manuel Guilherme, de Guarubira — Igual despacho.

De Candeido Carlos, de Guarubira — Igual despacho.

De Justiliano Barbosa, de Guarubira — Igual despacho.

De Manuel Silvestre da Silva, de Guarubira — Igual despacho.

De Manuel Alves Pereira, de Guarubira — Igual despacho.

De Epitácio Fernandes da Costa, Guarubira — Igual despacho.

De Antonio Ferraz Lima, de Guarubira — Igual despacho.

De Antonio Francisco do Nascimento, de Guarubira — Igual despacho.

De Antonio Ferraz Lima, de Guarubira — Igual despacho.

De João Matias de Macedo, de Guarabira. — Igual despacho.

De herdeiros de Manuel Grangerito, de Guarabira. — Igual despacho.

De Antonio Gonçalves, de Guarabira. — Igual despacho.

De José Moreira, de Guarabira. — Igual despacho.

De João Felix, de Guarabira. — Igual despacho.

De Felismina Egidia de Alina, de Guarabira. — Igual despacho.

De Francisco Manuel da Conceição, de Guarabira. — Igual despacho.

De José Carlos de Valentin Soares, de Guarabira. — Igual despacho.

De Sebastião de Brito, de Guarabira. — Igual despacho.

De João Joaquim Gonçalves, de Guarabira. — Igual despacho.

De José Barbosa de Araújo, de Guarabira. — Igual despacho.

De José Martins da Lima, de Guarabira. — Igual despacho.

De herdeiros de Manuel Ribeiro, de Guarabira. — Igual despacho.

De Severino Felipe Casado, de Guarabira. — Igual despacho.

De Manuel João de Macedo, de Guarabira. — Igual despacho.

De José Maximino Rodrigues, de Guarabira. — Igual despacho.

De João Manoel Rodrigues, de Guarabira. — Igual despacho.

De José Bonifácio de Lima, de Guarabira. — Igual despacho.

De Manuel Francisco da Conceição, de Guarabira. — Igual despacho.

De Alexandre João, de Guarabira. — Igual despacho.

De João Pereira, de Guarabira. — Igual despacho.

De Manuel Martins, de Guarabira. — Igual despacho.

De Manuel Martins, de Guarabira. — Igual despacho.

De João Pereira dos Santos, de Guarabira. — Igual despacho.

De Antonio Avelino, de Guarabira. — Igual despacho.

De José Luiz, de Guarabira. — Igual despacho.

De João Henriques do Nascimento, de Guarabira. — Igual despacho.

De Vidal da Luz do Coração de Jesus, de Guarabira. — Igual despacho.

De Manuel Galdino, de Guarabira. — Igual despacho.

De Manuel Felix, de Guarabira. — Igual despacho.

De José Miguel Aquino, de Guarabira. — Igual despacho.

De Joana Barreira, de Guarabira. — Igual despacho.

De Manuel Cipriano Dantas, de Guarabira. — Igual despacho.

De João Marcelino, de Guarabira. — Igual despacho.

De Manuel Francisco Soares, de Guarabira. — Igual despacho.

De Manuel Figueiredo Soares, de Guarabira. — Igual despacho.

De Manuel Filio Chaves, de Guarabira. — Igual despacho.

De João Carlos, de Guarabira. — Igual despacho.

De Pedro Matias, de Guarabira. — Igual despacho.

De João Francisco de Sousa, de Guarabira. — Igual despacho.

De Severino Matias de Lima, de Guarabira. — Igual despacho.

De João Luiz, de Guarabira. — Igual despacho.

De Pedro Rodrigues, de Campina Grande. — Igual despacho.

De João Dionísio de Lima, de Campina Grande. — Igual despacho.

De Manuel Florêncio da Silva, de Campina Grande. — Igual despacho.

De Alice de Jesus, de Campina Grande. — Igual despacho.

De Paulina M. da Conceição, de Campina Grande. — Igual despacho.

De Augusto Fraga, de Campina Grande. — Igual despacho.

De Manuel Gonçalves de Oliveira, de Campina Grande. — Igual despacho.

De Valdevino Francisco, de Campina Grande. — Igual despacho.

De José Pereira Leite, de Campina Grande. — Igual despacho.

De Maria Aurélia da Conceição, de Campina Grande. — Igual despacho.

De herdeiros de Maria Hercúlio, de Campina Grande. — Igual despacho.

De Joaquim Virgílio de Araújo, de Campina Grande. — Igual despacho.

De Manuel Francisco do Siqueira, de Campina Grande. — Igual despacho.

De José Pedro da Silva, de Campina Grande. — Igual despacho.

De Alcega de Jesus, de Campina Grande. — Igual despacho.

De Cosme Elias de Araújo, de Campina Grande. — Igual despacho.

De Cícero Sastinho, de Queimadas. — Igual despacho.

De Manuel Pereira, de Queimadas. — Igual despacho.

De João Rodrigues da Silva, de Queimadas. — Igual despacho.

De Eufrasina Maria da Conceição, de Queimadas. — Igual despacho.

De Virgílio Barbosa, de Queimadas. — Igual despacho.

De José Amaro, de Queimadas. — Igual despacho.

De Ernesto Pontes Cavalcanti, de Queimadas. — Igual despacho.

De Manoel Batista, de Queimadas. — Igual despacho.

De Maria da Conceição, de Queimadas. — Igual despacho.

De viúva de Belarmino Correia, de Queimadas. — Igual despacho.

De Manoel Pedro, de Queimadas. — Igual despacho.

De João Felipe de Melo, de Queimadas. — Igual despacho.

De Manoel Batista, de Queimadas. — Igual despacho.

De Manuel Batista, de Queimadas. — Igual despacho.

De Severino Ferreira, de Queimadas. — Igual despacho.

De José Miranda de Queimadas
Iguai despacho.

De Antonio Francisco, de Queimadas
Iguai despacho.

De Antonio Virgilio, de Queimadas
Iguai despacho.

De Antonio Francisco Pereira, de
Queimadas Iguai despacho.

De João Alves Batista, de Queimadas
Iguai despacho.

De José Gomes de Oliveira, de Queimadas
Iguai despacho.

De José Januário, de Queimadas
Iguai despacho.

De Antonio Francisco F. dos Santos, de
Pocinhos Iguai despacho.

De José Gomes de Almeida, de Pocinhos
Iguai despacho.

De José M. da Conceição, de Pocinhos.
Iguai despacho.

De Joventino Pereira, de Pocinhos.
Iguai despacho.

De José G. de Oliveira, de Pocinhos
Iguai despacho.

De João Batista Almeida, de Pocinhos
Iguai despacho.

De José Firmino Ferreira, de Pocinhos
Iguai despacho.

De José Tomaz Sobrinho, de Pocinhos
Iguai despacho.

De Josefa Inês de Araújo, de Pocinhos
Iguai despacho.

De Antonio J. de Almeida, de Pocinhos
Iguai despacho.

De Antonio H. de Mello, de Pocinhos
Iguai despacho.

De Francisco A. de Almeida, de Pocinhos
Iguai despacho.

De João Gonçalves de Oliveira, de Pocinhos
Iguai despacho.

De Mineiro Pereira, de Pombal
Iguai despacho.

De Francisco dos Santos, de Pombal
Iguai despacho.

De Antonio Honorato, de Pombal
Iguai despacho.

De Antonio Vitorino, de Pombal.
Iguai despacho.

De Antonio Ildefonso, de Pombal
Iguai despacho.

De João Inácio, de Pombal. Iguai
despacho.

Gabinete de Raios X
DR. NELSON CARREIRA
 Cirurgião
 Radiologista pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro
 Cursos de radiologia dos Professores
 Nicola Caminha e Duque Estrada
 Avenida General Osorio, 363
 (Esquina da Guedes Pereira)
 Telefone 1.068

João Pessoa — Paraíba
 Expediente: de 2 às 11 e 3 às 5 da tarde

De Severino Sabino de Pombal — Igual despacho.
De Sebastião Pereira de Pombal — Igual despacho.
De Antonio Lourenço, de Pombal — Igual despacho.
De Manoel Meilado, de Pombal — Igual despacho.
De José Meilado, de Pombal. — Igual despacho.
De Manuel Arrieta, de Pombal — Igual despacho.
De João Felipe, de Pombal. — Igual despacho.
De Antonio Lopes, de Pombal. — Igual despacho.
De Antonio Juá, de Pombal. — Igual despacho.
De José Pereira, de Pombal. — Igual despacho.
De Joaquim de Freitas, de Pombal. — Igual despacho.
De Severino Alves, de Pombal. — Igual despacho.
De Mineira, Umbelina, de Brejo do Cruz — Igual despacho.
De Gentil Mendes de Araújo, de Brejo do Cruz. — Igual despacho.
De Manoel de Jesus, de João Mendes, Brejo, de Brejo do Cruz. — Igual despacho.
De Aguias Mendes, de Brejo do Cruz. — Igual despacho.

SECRETARIA DA FAZENDA
TESOURO DO ESTADO
Demonstração da receita e despesa na Tesouraria Geral,
no dia 31 de dezembro p. findo

RECUPITA:		15-221500
Rec. do Estado		
Rec. de Rend. da Capital - P.c. da arrecadação do dia 30	43-7009300	
Rec. de Rend. de Campina Grande - (Int. José Henrique & Cia. Ltda.) - P.c. da arrecadação de dezembro	70-0006003	
Rádio Tabajara da Paraíba - Saldo da renda de dezembro	1-2483300	
Aristides Fautin - Venda em lotão de 12.362 quilos de algodão em caroço (3), de produção de Campos de D. - inscrição	3-1268300	
Pedro Jorge de Carvalho - Saldo de adiantamento	569300	
João Marcel dos Santos - Saldo de adiantamento	468300	
Inácio Romero Rocha - Saldo de adiantamento	310800	
Inácio Romero Rocha - Saldo de adiantamento	1183300	
Inácio Romero Rocha - Saldo de adiantamento	1278700	
Inácio Romero Rocha - Saldo de adiantamento	822300	
Inácio Romero Rocha - Saldo de adiantamento	3018400	
Direto da Cunha Machado - Restituição Rep. de Saneamento da Capital - Renda do dia 30	1506000	
José Antonio Figueiredo - Caução de luz Adm. do Porto de Cabedelo - Renda do dia	2-8515200	
Rec. dos Serviços Elétricos - Renda da 2.ª quinzena de dezembro	7-6687000	
	300-0115200	436-73613
Banco do Estado - Conta movimento - Ref. ndada		25-00050
Alfândega de João Pessoa - Taxa de 1% de adicionais sobre direitos de importação, ref. a novembro		12-35480
		460-01120

DESPESA

7200	- Loide Brasileiro - Conta	1035500
7576	- Início de Sousa Moraes - Conta	1:0000320
7577	- Artur de Albuquerque Lins - Conta	3:108200
7467	- J. Minervino & Cia. - Conta	534000
7469	- Edmundo Franer - Conta	405000
7524	- Leonel dos Santos - Conta	102500
7483	- Dr. Clarindo Misael B. Gouveia - (Serv. de Plantas Texteis) - Adiantamento	25:0005000
7544	- Capto João Rique Primo - Força Policial) - Adiantamento	12:7383200
7574	- João Cavalcanti de Albuquerque - (Serv. Class. Algodão) - Adiantamento	6:4509000
7451	- Antonio Augusto de Almeida - Rep. Saneamento) - Adiantamento	18:0009000
7508	- Antonio Augusto de Almeida - D. do Fomento) - Adiantamento	12:003500
7525	- Antonio Augusto de Almeida (D. V. O. P.) - Adiantamento	25:0009000
7602	- João Luiz Ribeiro de Moraes - (Imprensa Oficial) - Adiantamento	10:278320
7484	- Antonio de Abreu Pessoa - Despesas realizadas	214500
7474	- Escola Prof. "João Pessoa" - (Ernani Pinto de Carvalho)	3:2053000
7475	- Escola Prof. "João Pessoa" - (Ernani Pinto de Carvalho) - Folha de pagamento	000000
7519	- Escola de Agronomia do Nordeste - (Antonio A. Almeida) - Folha	2:018200
7517	- Escola de Agronomia do Nordeste - (Antonio A. Almeida) - Folha	5030000
7579	- José André Gomes de Mello - Folha	1603000
7542	- Laudelice Rodrigues de Matos - Subvenção	608000
7551	- Analia Cavalcanti - Subvenção	609000
7562	- Dr. João Arlindo Correia - (D. Saúde) - Adiantamento	1:0005000
7580	- Dr. Clarindo Misael B. Gouveia (Plantas Texteis) - Adiantamento	25:0008000
7563	- Gaspar Binter - (Palácio da Reden-	42585000

7581 - Gaspar Blinter - (Palácio da Redenção) - Adiantamento	3.786\$400
7505 - Gaspar Blinter - (Palácio da Redenção) - Despesas realizadas	140\$500
7508 - Diversos Func. da Alfândega - Percentagem (2,5%) sobre a taxa de 10% de adicionais (novembro)	358\$200
7589 - Cia. Paraíba de Cimento Portland S.A. - Conta	6.760\$800
7585 - Cia. Paraíba de Cimento Portland S.A. - Conta	38.632\$100
7586 - Cia. Paraíba de Cimento Portland S.A. - Conta	12.272\$800
7508 - Cia. Paraíba de Cimento Portland S.A. - Conta	800\$800
7501 - Cia. Paraíba de Cimento Portland S.A. - Conta	39.403\$700
7591 - Cia. Paraíba de Cimento Portland S.A. - Conta	21.678\$000
7590 - Cia. Paraíba de Cimento Portland S.A. - Conta	11.627\$400
7588 - Cia. Paraíba de Cimento Portland S.A. - Conta	13.093\$600
7584 - Cia. Paraíba de Cimento Portland S.A. - Conta	17.837\$800
7597 - Cia. Paraíba de Cimento Portland S.A. - Conta	41.602\$000
7582 - Cia. Paraíba de Cimento Portland S.A. - Conta	7.280\$900
7592 - Cia. Paraíba de Cimento Portland S.A. - Conta	2.306\$800
7580 - Cia. Paraíba de Cimento Portland S.A. - Conta	5.038\$900
7603 - Cia. Paraíba de Cimento Portland S.A. - Conta	2.225\$400
7587 - Cia. Paraíba de Cimento Portland S.A. - Conta	52.728\$400
7600 - Cia. Paraíba de Cimento Portland S.A. - Conta	2.777\$800
7598 - Cia. Paraíba de Cimento Portland S.A. - Conta	14.104\$800
7590 - Cia. Paraíba de Cimento Portland S.A. - Conta	2.080\$000
7594 - Cia. Paraíba de Cimento Portland S.A. - Conta	45.708\$800
Saldo balanceado	28.702\$400
	490.012\$800

Tesouraria Geral do Tesouro do Estado da Paraíba, em 31 de dezembro de 1940.

Antonio Dias Neto,
Tesoureiro Geral, Interim.

Abilio Moraes,
Escritário

Secretaria da Agricultura, Vição e O. Públicas

SERVICO "KARDEX" - PESSOAL

São conhecidos os ex-funcionários desta Secretaria: Gumerindo Soares Rolim, Hilberdo de Figueiredo do Falcão, Manuel Martins Perreir, da Nóbrega, João Alves Correia e Ormeville do Nascimento Filho, a comparecerem no Serviço de Pessoal da mesma, a fim de que lhes sejam entregues documentos de quitação militar, que se encontram no respectivo arquivo.

Departamento Administrativo do Estado

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 2.

Sob a presidência do Dr. Osiás Gomes, secretariado pelo Sr. Luiz Clementino de Oliveira, reuniu-se, ontem, o Departamento Administrativo do Estado, em sessão extraordinária, com o comparecimento ainda dos membros Dr. José Gomes e o Sr. João de Vasconcelos.

Lida a ata da reunião anterior e a mesma aprovada com alterações.

Então a hora do expediente, que contou o seguinte: telegramas do Presidente do Departamento do Amazonas e do Prefeito de Jataí, apresentando votos de boas-vindas ao Sr. João de Vasconcelos, e do Prefeito de Jataí, apresentando condolências pela morte do saudoso presidente Dr. José Rodrigues de Aguiar e a presença de sua esposa, mandando agradecer. Em seguida, foi dada entrada para a competente distribuição, as seguintes relatorias: da Prefeitura de Princesa Isabel e da Prefeitura de Catolô do Rocha, apresentadas pela Comissão de Contabilidade deste D. A. E., referentes às Contas e Balancetes do 1.º semestre das respectivas Prefeituras.

Passa-se à ordem do dia. Com a palavra o Dr. José Gomes, procede à leitura dos pareceres n.ºs 615 e 617, respectivamente, aos projetos de decretos-les da Prefeitura de Monteiro, abrindo à Tesouraria Municipal, o crédito de \$320\$800, suplementar às verbas da Instrução Pública, Fomento Agrícola e Próprios Municipais e da Prefeitura de Larangeiras, abri o crédito suplementar, na importância de \$320\$800 a diversas verbas do orçamento do corrente exercício, e qual, depois de devidamente discutidos recebeu o seguinte despacho: "O Departamento Administrativo do Estado, considerando a importância do projeto, e a importância do que dispõe o art. 11 do dec. n.º 2.416, de 17 de julho de 1940, manda-se o processo à Comissão de Negócios Municipais, para o parecer, fls. S. das S. do Departamento Administrativo do Estado, em 2 de janeiro de 1941. As. Osiás Gomes, presidente eventual, João de Vasconcelos e José Gomes".

Segue-se com a palavra o Sr. João de Vasconcelos, que igualmente procede à leitura do parecer n.º 621, o qual também submetido à consideração da Casa, e aprovado por unanimidade dos membros presentes.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a sessão.

PARCEIRO APROVADO NA SESSÃO DE ONTEM:

"PARCEIRO N.º 621 - Acompanhamento de circunstâncias expiação de

motivos, chegou a este Departamento um projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, dispondo sobre a exportação de semente oleaginosas, sejam as de algodão, girassol e algodão, produzidas no Estado. Pretende o Governo exercer certo controle sobre a exportação, para uma política de equilíbrio entre a mesma e as necessidades de consumo das indústrias do Estado.

O seu fito não é cercar a exportação ao ponto da medida redundar em prejuízo entre a mesma e as necessidades de consumo das indústrias do Estado.

Em vista da importância da medida, a fim de que não haja prejuízo entre a mesma e as necessidades de consumo das indústrias do Estado, o Departamento Administrativo do Estado, em sessão extraordinária, com o comparecimento ainda dos membros Dr. José Gomes e o Sr. João de Vasconcelos.

Lida a ata da reunião anterior e a mesma aprovada com alterações.

Então a hora do expediente, que contou o seguinte: telegramas do Presidente do Departamento do Amazonas e do Prefeito de Jataí, apresentando votos de boas-vindas ao Sr. João de Vasconcelos, e do Prefeito de Jataí, apresentando condolências pela morte do saudoso presidente Dr. José Rodrigues de Aguiar e a presença de sua esposa, mandando agradecer. Em seguida, foi dada entrada para a competente distribuição, as seguintes relatorias: da Prefeitura de Princesa Isabel e da Prefeitura de Catolô do Rocha, apresentadas pela Comissão de Contabilidade deste D. A. E., referentes às Contas e Balancetes do 1.º semestre das respectivas Prefeituras.

Passa-se à ordem do dia. Com a palavra o Dr. José Gomes, procede à leitura dos pareceres n.ºs 615 e 617, respectivamente, aos projetos de decretos-les da Prefeitura de Monteiro, abrindo à Tesouraria Municipal, o crédito de \$320\$800, suplementar às verbas da Instrução Pública, Fomento Agrícola e Próprios Municipais e da Prefeitura de Larangeiras, abri o crédito suplementar, na importância de \$320\$800 a diversas verbas do orçamento do corrente exercício, e qual, depois de devidamente discutidos recebeu o seguinte despacho: "O Departamento Administrativo do Estado, considerando a importância do projeto, e a importância do que dispõe o art. 11 do dec. n.º 2.416, de 17 de julho de 1940, manda-se o processo à Comissão de Negócios Municipais, para o parecer, fls. S. das S. do Departamento Administrativo do Estado, em 2 de janeiro de 1941. As. Osiás Gomes, presidente eventual, João de Vasconcelos e José Gomes".

Tribunal de Apelação

2.ª CAMARA

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO

Pelo Exmo. des. Presidente do Egrégio Tribunal de Apelação, foi convocada uma sessão extraordinária da SEGUNDA CAMARA para terça-feira, 7 do corrente, às horas de costume.

Prefeitura Municipal de João Pessoa

(*) EXPEDIENTE DO PREFEITO DO DIA 2 DE DEZEMBRO DE 1940:

O Prefeito Municipal de João Pessoa assinou ontem os seguintes decretos:

Exonerando Belisio de Oliveira Ramos do cargo de Guarda de 1.ª classe.

Nomeando Belisio de Oliveira Ramos para exercer, efetivamente, o cargo de continuante-porteiro da Secretaria, criado pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Pedro Américo da Silva do cargo de continuante do Gabinete do Prefeito, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Nomeando Pedro Américo da Silva para exercer, efetivamente, o cargo de continuante-secretário da Secretaria.

Exonerando Luiz Silvestre de M.

do cargo de Almoxarife da Diretoria de Obras Públicas Municipais, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Nomeando Luiz Silvestre de M. para exercer, efetivamente, o cargo de Encarregado de Compras da Secretaria.

Pondo em disponibilidade, com os vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, José Washington de Carvalho, chefe de Seção, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Manuel Colaco Sobrinho do cargo de chefe de Seção, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Dante Grisl do cargo de chefe de Seção, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Nomeando Dante Grisl para exercer, efetivamente, o cargo de Encarregado Geral da Contabilidade.

Pondo em disponibilidade, com os vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, José de Carvalho, no cargo de Diretor de Expediente e Fazenda, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Antonio Miguel de Moraes do cargo de Auxiliar, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando o engenheiro civil Nivaldo Maranhão Faria do cargo de Diretor de Obras Públicas Municipais, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Nomeando o engenheiro civil Nivaldo Maranhão Faria do cargo de Diretor de Obras Públicas Municipais, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Nomeando o engenheiro civil Nivaldo Maranhão Faria do cargo de Diretor de Obras Públicas Municipais, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Francisco Nogueira da Silva do cargo de chefe de Seção, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Nomeando Francisco Nogueira da Silva para exercer, efetivamente, o cargo de Auxiliar da Diretoria de Trabalhos Públicos.

Exonerando Antonio Quintino de Araújo do cargo de Auxiliar da Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Nomeando Antonio Quintino de Araújo para exercer, efetivamente, o cargo de Auxiliar do Cadastro da Diretoria de Trabalhos Públicos.

Exonerando Antonio Quintino de Araújo do cargo de chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Abelardo do Carmo do cargo de chefe dos Serviços Técnicos da Diretoria de Estatística e Serviços Urbanos, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Pondo em disponibilidade, com os vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, Hilberdo Tourinho Moreno, chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Odilon de Carvalho do cargo de Guarda Chave, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Nomeando Odilon de Carvalho para exercer, efetivamente, o cargo de Encarregado Geral da Fiscalização.

Exonerando Luiz Gonzaga da Silva do cargo de chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Luiz Gonzaga da Silva do cargo de chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Luiz Gonzaga da Silva do cargo de chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Luiz Gonzaga da Silva do cargo de chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Luiz Gonzaga da Silva do cargo de chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Luiz Gonzaga da Silva do cargo de chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Luiz Gonzaga da Silva do cargo de chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Luiz Gonzaga da Silva do cargo de chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Luiz Gonzaga da Silva do cargo de chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Luiz Gonzaga da Silva do cargo de chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Luiz Gonzaga da Silva do cargo de chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Luiz Gonzaga da Silva do cargo de chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Luiz Gonzaga da Silva do cargo de chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Luiz Gonzaga da Silva do cargo de chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Luiz Gonzaga da Silva do cargo de chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Luiz Gonzaga da Silva do cargo de chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Luiz Gonzaga da Silva do cargo de chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

Exonerando Luiz Gonzaga da Silva do cargo de chefe de Seção de Cadastro, extinto pelo decreto-lei n.º 21, de 30 de dezembro de 1940.

N.º 5.179 - De Salustino Efigênio Carneiro da Cunha. - Em face do parecer do Sr. diretor de Trabalhos Públicos, indeferido.

N.º 5.178 - De Salustino Efigênio Carneiro da Cunha. - A vista do parecer do Sr. diretor de Trabalhos Públicos, indeferido.

N.º 5.204 - De Silva de Mello. - Indeferido.

N.º 5.161 - De Antonio Fagundes da Silva. - Pagando o que for de direito, deferido.

N.º 5.082 - De José Alves de Almeida. - Indeferido em face do parecer do diretor de Trabalhos Públicos. - Deferido.

N.º 5.146 - De Severino Xavier Dias. - Deferido.

N.º 5.192 - De João Magliano. - Deferido, em prejuízo de posterior regularização de suas contas.

Convite:

Pela convocação a comparecer no Protocolo Geral desta Prefeitura, o representante dos Laboratórios Raul Leite S.A.

O Prefeito Municipal de João Pessoa assinou ontem os seguintes decretos:

Nomeando o chefe de Seção em substituição de José Washington de Carvalho para exercer, efetivamente, o cargo de chefe do Expediente da Secretaria.

Nomeando Dante Grisl, encarregado geral da Contabilidade, para exercer, em comissão, o cargo de encarregado geral da Tributação.

Nomeando Manuel Colaco Sobrinho para exercer, interinamente, o cargo de encarregado geral da Contabilidade, enquanto durar o impedimento do funcionário efetivo.

Prefeitura Municipal de Serraria

DECRETO-LEI N.º 8 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1940

Dispensa a multa dos impostos municipais, correspondentes ao presente exercício.

O Prefeito Municipal de Serraria, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso I do art. 12, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939,

Considerando que é justo atendermos às dificuldades em que se acham os contribuintes municipais, no sentido de satisfazer prontamente os seus compromissos;

Considerando que essas dificuldades decorrem da crise econômica atual;

DECRETA:

Art. 1.º - Ficam dispensados de multas todos os contribuintes municipais, por impostos e taxas devidos a infrações cometidas, que saldarem os seus débitos até 31 de dezembro do corrente ano.

Art. 2.º - Não terão direito à restituição os contribuintes que houverem pago, com multa, os impostos e taxas referidos no art. 1.º.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Serraria, em 30 de novembro de 1940.

Anésio Palmeira de Lemos - Prefeito.

Prefeitura Municipal de Areia

DECRETO-LEI N.º 18 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1940

Suplementa diversas verbas ao orçamento para o corrente exercício.

O Prefeito Municipal de Areia, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso I do art. 12, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939,

Considerando que várias verbas do orçamento para o corrente exercício foram extinguidas;

Considerando da necessidade de suplementar outras verbas pela insuficiência de dotação orçamentária.

DECRETA:

Art. 1.º - Pica aberto à Tesouraria desta Prefeitura, o crédito suplementar de 7.500\$000, distribuído pelas seguintes verbas:

II - Secretaria:

8040 - Pessoal em geral 2.500\$000

IX - Limpeza Pública:

8850 - Pessoal em geral 2.000\$000

XV - Eventuais:

8996 - Despesas diversas 3.000\$000

Art. 2.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Areia, em 27 de dezembro de 1940.

Leônidas Santiago - Prefeito.

CURSO DE FÉRIAS

Professor J. Vinagre avisa aos interessados que durante as férias escolares aceita alunos preparando-se para o exame de admissão aos cursos do Ensino Secundário. Alunos diários no Grupo Escolar "Tomaz Mindelo" de 8 a 11 e de 19 às 21 horas. Pagamento

NOTAS DO FÔRO

PROCLAMAS DE CASAMENTO

Cartório do Registro Civil da Capital - Escrivão - Sebastião Bastos.

Fôram afixados seguintes proclamas dos contraentes legais:

José Elias da Silva, chaffeur, 32 anos, domiciliado e residente em Cabedelo, desta comarca da capital, filho de João Elias da Silva e de Vicência Elias da Silva, ambos em vida, sendo esta, e Eneida Fabrício Gomes, recriaria, filha de Francisco Fabrício Gomes e Antônia Francisca Gomes, ambas domiciliadas e residentes na cidade de Santa Rita, deste Estado, onde os noivos se casaram, em 24 de novembro de 1940, em plena liberdade e plena capacidade legal, sendo os noivos solteiros, maiores e naturais deste Estado.

Felix Domingos Correia, neceante ambulante e Ana Viterbia da Silva, solteira, ambos maiores e naturais deste Estado, domiciliados e residentes nesta capital, a Avenida Adolfo Cezar, 728 e rua Feliciano Figueiredo, 614, sendo o primeiro filho dos falecidos Feliciano Domingos Correia e Delina Maria da Conceição, e ela, de João Ferreira da Silva e da falecida Viterbia Maria de Oliveira.

No mesmo Cartório foram feitos diversos registros de nascimentos e óbitos.

PARTEIRA

LUZIA PINHEIRO, ex-parceira da Maternidade desta cidade, com mais de dez anos de tirocinio profissional, atende a chamados a qualquer hora, em sua residência, AVENIDA CAP. JOSÉ PESSOA N.º 238 - Fone. 1783

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO

Frequência do mês de novembro último

Durante os dias em que estiveram abertas ao público, no mês de novembro, os saldos de leitura da Biblioteca do Estado foram frequentados, segundo o livro de presença, por 556 leitores, sem incluir os consulentes dos saldos de revista e jornais.

Nestes 24 dias os autores mais requisitados foram: Alexandre Dumas - 85; Eric Veríssimo - 47; Machado de Assis - 44; Humberto de Campos - 10; Alvaro Vandeley - 19; Afonso Peixoto - 9; Pedro Calmon - 5; Shakespeare - 5; Camilo Castelo Branco - 5; Monteiro Lobato - 5; G. de Alencar - 5; Victor Hugo - 6; Eça de Queiroz - 11; Eduardo Carlos Pereira - 9; José Lima do Rego - 22; e muitos outros, nacionais e estrangeiros, de menores números de requisições.

O Gabinete de leitura reservado esteve sempre frotado por consules de sociologia, coleções de jornais, etc.

BARATINHAS MIUDAS

Só desaparecer com o uso do único produto líquido, que atira e extermina as formiguinhas casinhas e toda a espécie de barata.

"BARAFORMIGA 31"

Encontra-se nas boas Farmácias e Drogeries

RIOGRANDE DO NORTE

Dra. Maciel Pinheiro 128

FATOS DIVERSOS

UM INCENDIO NA AVENIDA SILVINO MONTEIRO DESTRUIU QUATRO CASABEIS - DETUHO PELA POLICIA DA ESCOLA CORRECCIONAL AO QUAL SE ATRIBUI A CULPA DO SINISTRO

A's 10 e 50 de ontem, irrompeu, na avenida Silvino Monteiro, um violento mas rápido incêndio, do qual resultou a destruição total de 4 casas de talpa e cobertas de palha.

Avisado a Companhia de Bombeiros, pouco instantes após se encontrava a mesma na faina de extinguir as chamas que se propagaram a quatro casabes.

Após o local do sinistro compareceram o coronel Anacleto Tavares, comandante da Força Policial, e o Dr. Clóvis Lima, delegado da Ordem Política e Social, que tomaram as providências convenientes ao caso.

Os danos materiais ocasionados pelo incêndio aos ocupantes das casas destruídas foram parciais, não havendo vítima a lamentar.

DETIDO PELA POLICIA UM MENOR DA ESCOLA CORRECCIONAL

Nas imediações do local do incêndio, a Polícia deteve para averiguação, um menor da Escola Correccional "Presidente João Pessoa", que se encontra em gozo de férias nesta capital, e ao qual se atribuiu a culpa de haver atestado fogo aos casabes.

Agricultor que trabalha com máquinas agrícolas é agricultor fadado a adquirir. A Diretoria de Produção tem máquinas para vender pelo preço de custo aos agricultores.

A GUERRA NA EUROPA E NA AFRICA

Os gregos mantêm em 1941 a iniciativa dos ataques na frente albanesa, estando iminente a captura de Valona — No norte da Africa os ingleses terminaram os preparativos para o ataque a Bardia — A Rússia em estado de mobilização total — A RAF lançou, ontem, sobre Bremen 20 mil bombas explosivas e incendiárias

NOVA YORK, 2 (Agência Nacional-Brasil) — Segundo as últimas notícias a indústria aeronáutica norte-americana produziu 17.000 aviões militares durante 1941.

ATIVIDADES DA AVIAÇÃO ALEMÃ NA GRã BREITANHA

LONDRES, 2 (Agência Nacional-Brasil) — Esta capital teve, ontem, dois ataques aéreos, sem que fossem lançadas bombas e com pequeno fogo de metralhadora.

BOMBAS INCENDIÁRIAS FORAM LANÇADAS NOS DISTRITOS A LESTE DA INGLATERRA E CILADES DA ZONA NOROESTE

A MOBILIZAÇÃO NA HUNGRIA

BUDAPEST, 2 (Agência Nacional-Brasil) — Fontes oficiais desmentem as notícias divulgadas por certa agência estrangeira sobre a mobilização da Hungria.

REM RECEBIDO PELO "EIXO" O ACORDO HUNGARO-IUGUSLAVO

BUDAPEST, 2 (Agência Nacional-Brasil) — Os círculos autorizados desmentem as notícias divulgadas por fontes britânicas quanto à finalidade anti-germanica atribuída ao pacto húngaro-iugoslavo e esclarecem que o referido pacto foi concluído de acordo com as tendências da paz balcânica.

PERSEGUIÇÃO A NAVIOS BRITÂNICOS

NOVA YORK, 2 (Agência Nacional-Brasil) — O "Radio Mackay" recebeu pedidos de socorro de cargueiros britânicos, "Malaga", de 6.573 toneladas, e do navio-tanque "Donax", da mesma nacionalidade, de 3.026 toneladas.

AMBOS ESTAVAM SENDO PERSEGUIDOS POR UM SUBMARINO INIMIGO

AGRAVOU-SE A SITUAÇÃO EM VICHY

NOVA YORK, 2 (Agência Nacional-Brasil) — Anuncia-se que se agravou o ambiente em Vichy.

CIRCULAM BOATOS QUÀ DA POSSÍVEL RECAPTAÇÃO TOTAL DA FRANÇA PELOS ALEMÃS

BREMEN DURAMENTE ATACADA PELO RAF

LONDRES, 2 (Agência Nacional-Brasil) — Os aviões britânicos atacaram fortemente o porto alemão de Bremen, atirando toneladas de bombas explosivas e incendiárias.

A GRã BREITANHA ENCOMENDOU 600 NAVIOS MERCANTES NOS ESTADOS UNIDOS

LONDRES, 2 (Agência Nacional-Brasil) — A imprensa matutina anuncia que a Grã Bretanha encomendou 600 navios mercantes nos Estados Unidos.

IMINENTE A Queda DE BARDIA

LONDRES, 2 (Agência Nacional-Brasil) — A imprensa matutina anuncia que a Grã Bretanha encomendou 600 navios mercantes nos Estados Unidos.

A RUSSIA EM ESTADO DE MOBILIZAÇÃO TOTAL

LONDRES, 2 (Agência Nacional-Brasil) — A imprensa matutina anuncia que a Rússia declarou que a Rússia está preparada para qualquer eventualidade, estando em estado de mobilização total.

SERIAMENTE AMEAÇADO O EXERCITO FASCISTA NA ALBANIA

BELGRADO, 2 (Agência Nacional-Brasil) — Com o domínio completo do Adriático pelas forças navais anglo-americanas, está seriamente ameaçado todo o exército fascista na Albânia.

TENSAS AS RELAÇÕES DA RUSSIA COM A HUNGRIA E ROMÂNIA

ANKARA, 2 (Agência Nacional-Brasil) — O rádio oficial informa que não muito tensas as relações rumeno-russas com as entre a Rússia e a Hungria.

ACRESCENTA-SE SER PROVAVEL A RETIRADA DA REPRESENTAÇÃO RUSSA DA ROMÂNIA

VOLTA-SE A FALAR NA AÇÃO EVENTUAL DOS PARAQUEDISTAS ALEMÃS

BUDAPEST, 2 (Agência Nacional-Brasil) — Sobre os rumores circulantes aqui segundo os quais as tropas paraquedistas alemãs atuariam a relação guerra, pessoas bem informadas acreditam que esse projeto pode servir de excusa para a invasão da Inglaterra.

A ESPANHA FICARÁ FORA DA GUERRA

WASHINGTON, 2 (Agência Nacional-Brasil) — O sr. Cordell Hull, secretário de Estado, revelou aos jornalistas, em uma de suas recentes entrevistas coletivas, que o generalíssimo Franco não tem intenção de entrar na guerra.

ATENAS, 2 (Agência Nacional-Brasil) — O comando italiano enviou novos importantes reforços para a Albânia, a fim de conter o avanço grego.

REFORÇOS ITALIANOS CONTRA OS GREGOS

ATENAS, 2 (Agência Nacional-Brasil) — O comando italiano enviou novos importantes reforços para a Albânia, a fim de conter o avanço grego.

ATENAS, 2 (Agência Nacional-Brasil) — O comando italiano enviou novos importantes reforços para a Albânia, a fim de conter o avanço grego.

ATENAS, 2 (Agência Nacional-Brasil) — O comando italiano enviou novos importantes reforços para a Albânia, a fim de conter o avanço grego.

ATENAS, 2 (Agência Nacional-Brasil) — O comando italiano enviou novos importantes reforços para a Albânia, a fim de conter o avanço grego.

ATENAS, 2 (Agência Nacional-Brasil) — O comando italiano enviou novos importantes reforços para a Albânia, a fim de conter o avanço grego.

ATENAS, 2 (Agência Nacional-Brasil) — O comando italiano enviou novos importantes reforços para a Albânia, a fim de conter o avanço grego.

ATENAS, 2 (Agência Nacional-Brasil) — O comando italiano enviou novos importantes reforços para a Albânia, a fim de conter o avanço grego.

A VESPERAL INFANTIL DO "ESPORTE CLUBE CABO BRANCO"

ALCANÇOU o melhor êxito a vespéral infantil, que o *Esporte Clube Cabo Branco* ofereceu aos filhos de seus associados, na data de 1.º de janeiro.

A petizinha viveu horas de intensa alegria na rede de campo do querido esportivo, onde um magnífico quinteto executou variadas músicas carnavalescas, que fizeram vibrar as várias dezenas de crianças que lá se encontravam.

As atividades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, instituição já vitoriosa, verdadeiramente fecunda e proveitosa para o desenvolvimento da estatística nacional. Assim é que, o Brasil, hoje, figura em lugar de destaque dentre as nações bem organizadas em matéria de estatística.

No ano de 1940, a referida entidade, com o apoio firme e decisivo do presidente Getúlio Vargas, conseguiu superar todos os obstáculos de seus empreendimentos, no intuito de melhorar e aperfeiçoar os processos de apuração e divulgação estatística, obedecendo as normas e convenções internacionais que regulam a matéria.

A propósito, o embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do I. B. G. E., dirigiu ao presidente da Junta Executiva Regional de Estatística o telegrama infra:

"Presidente Junta Executiva — Departamento Estatística — João Pessoa — Ao fim da jornada de 1940, em que tantos e tão assinalados triunfos marcam o seu trabalho, o I. B. G. E. sente a maior satisfação em apresentar à Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, por seu intermédio, aos demais órgãos componentes do nosso sistema, nos setores da estatística, da geografia e do recenseamento, as mais calorosas congratulações, pelo fecundo labor e admiráveis esforços empreendidos durante o ano expirante, formulando votos para novas vitórias no decorrer de 1941. Cordiais saudações — José Carlos de Macedo Soares, Presidente do I. B. G. E."

A Federação de Assistência a Lazários agradece a A UNIAO

Da sr. Eunice Weaver, presidente da Federação de Assistência aos Lazários com sede na Capital do País, recebemos o telegrama que se segue:

"Rio, 31 — A Federação de Assistência aos Lazários, profundamente grata a valiosa colaboração recebida desse prestigioso órgão da imprensa, durante o ano que se finda, para a obra em que nos empenhamos em favor de um Brasil sadio, apresenta votos de felicidade e progresso constante no novo ano que breve surgirá. Atenciosamente — Eunice Weaver."

A INSPECTORIA GERAL DO TRAFEGO PÚBLICO chama a atenção dos condutores de veículos em geral para o edital que vem publicando na seção competente desta folha, sobre a "maio" e "contra-mão" de direção estabelecidas na avenida Dr. Getúlio Vargas.

Ultima Hora
(DO PAIS E ESTRANGEIRO)

PARA BREVE O DECRETO REGULAMENTANDO OS ESPORTES NACIONAIS

RIO, 2 (Agência Nacional-Brasil) — Os jornais noticiam que, dentro de poucos dias, possivelmente ainda esta semana, o Presidente da República assinará o decreto de regulamentação e oficialização dos esportes.

NOMEADO O SR. NEGRÃO DE LIMA EMBAIXADOR NA VENEZUELA

RIO, 2 (Agência Nacional-Brasil) — O Presidente da República acaba de assinar decreto nomeando o sr. Francisco Negrão de Lima, embaixador brasileiro junto ao Governo da Venezuela.

OS ABALOS CISMICOS DE BOM SUCESSO SÃO DEVIDOS A LAGOS OU VULCÕES SUBTERRANEOS

RIO, 2 (Agência Nacional-Brasil) — Comunicam de Belo Horizonte para o "Esportivo" "O Globo", desta capital, que os engorços do Ministério da Agricultura, estudando os abalos cismicos da cidade mineira de Bom Sucesso, chegaram à conclusão de que os fenômenos são devidos a lagos ou vulcões subterrâneos ali existentes.

Causou especial admiração, nas festas de Ano Novo do *Esporte Clube Cabo Branco* as alegrias confeccionadas pelo artista contranero sr. Pinho Serrano, que mais uma vez se impo-
z com um grande confeiteiro de sua arte merecendo, justas referências elogiosas de todos quantos compareceram as festas de Ano Novo da querida agremiação da Avenida 1.º de Maio.

POR que a CASA AZUL vende barato? Porque tem preços, tem "stock", tem sortimento... A CASA AZUL, assim, por meios... CASA AZUL filial à rua Duque de Caxias, 470 (Ponto de Cem Réis).

PREFEITURA DE PILAR

Vem de reassumir o exercício do cargo de prefeito municipal de Pilar, o sr. Diógenes Miranda, que se encontrava em gozo de licença. Durante o seu afastamento, durante as férias, foi o sr. Diógenes Miranda substituído pelo respectivo secretário, sr. Luiz Luis Gouveia.

O POVO reclamou e a CASA AZUL atendeu! A fim de melhor servir à sua distinta freqüência, a CASA AZUL acaba de inaugurar uma filial à rua Duque de Caxias, 470. Preços baixíssimos.

TELAS & PALCOS

CARTAZ DO DIA

PLAZA — Em solre "Onde Está Felicidade?", com Alma Flora, Rodolfo Mayer. Em matinée "Mito da Vida", com Sonja Hine e Richard Green. Complementos.

REX — Em solre, "Flor dos Trópicos", com Hedy Lamar e Robert Taylor. Vários complementos.

FELIPÊ — Em solre, "O menino de ouro", com Mickey Rooney e Judy Garland. Vários complementos.

JAGUARIBE — Em solre "Trufos na mesa", juntamente com a 5.ª série do filme "A Aranha Negra". Complementos.

SANTA ROSA — Em solre "As irmãs", com Errol Pynn e Betty Davis. Vários complementos.

S. PEDRO — Em solre, "Coração cativante" e mais a 3.ª série do "A Aranha Negra". Vários complementos.

METROPOL — Em solre, "A caixa do Tesouro", com Fred Scott. Complementos.

ASTÓRIA — Em solre "Heróis do Ar", com James Cagney, juntamente com a 6.ª série do filme Red Barry. Vários complementos.

ROUPAS DE BANHO para senhoras e crianças, o melhor sortimento encontra-se na CASA VESUVIO.

FESTA DE REIS NESTA CAPITAL E NAS PRAIAS

EM CRUZ DO PEIXE

Estão sendo aguardadas com grande interesse as festas que os habitantes da avenida Joaquim Torres, bairro da Cruz do Peixe, vão promover no dia de Reis.

Haverá naquela noite animada refetiva e às 4 horas terá lugar a celebração da missa.

A comissão que se acha à frente da organização dos festejos está constituída dos srs. Manuel Rodrigues de Oliveira, João Soares Feitosa, Manuel Porfírio de Brito e Cícero Fernandes de Oliveira; srtas. Genilda da Silva, Neuzo do Nascimento e Maria Lucas.

NA POVOAÇÃO INDIO PIRAGIBE

Os habitantes da avenida da Redenção, na Povoação Indio Piragibe, como fazem todos os anos, comemoraram com várias festividades a data dos Reis Magos.

Nasceram, na noite dos dias 5 e 6, à noite, haverá diversas populares estando encarregada das mesmas uma comissão de habitantes dali, tendo a frente o sr. Eufânio Indolício de Sousa.

No dia 6, às 7 horas, será celebrada missa na capela de N. S. do Bonfim, realizando-se à tarde uma passadeira civico-religiosa, em homenagem ao Interventor Ruy Carneiro.

FESTA DE REIS EM TAMBÁU PROMOVIDA PELO "ASTREIA"

Anunciado pelo sucesso na comemoração do Natal em Tambáú, o conceituado prêmio de recreio de João Pessoa, Clube Astreia, vai levar a efeito, ali, na passagem de Reis uma festa de maiores proporções, que de certo, constituirá nota interessante dos acontecimentos festivos do começo do ano.

Para isso a diretoria do Astreia, com

o concurso do Departamento Feminino do clube, está desenvolvendo os seus maiores esforços.

NA RUA VISCONDE DE ITAPARICA

Serão realizadas na rua Visconde de Itaparica, no próximo dia 6, animadas festas em comemoração ao dia dedicado aos Reis Magos.

Do programa salienta-se a homenagem que será prestada ao sr. Interventor Ruy Carneiro, ao Prefeito da Capital, ao tenente-coronel chefe de Polícia e às forças armadas.

A missa será rezada às 4 horas, havendo farta distribuição de brindes.

A comissão encarregada dos festejos está assim constituída: srs. Severino Haverio Dias, Floripes Henrique Pessoa e Francisco Pereira de Lima.

Muitos anos atrás uma lavradora de mamona, produzindo compensadoramente, lavrador que funda cultura da pedreira, colaborou para a ENLHO no êxito que vem conseguindo o recenseamento brasileiro, aproveitando ainda a oportunidade para enviar-nos cumprimentos de Ano Novo.

O Presidente da Comissão Censitária Nacional agradece a "A UNIAO"

Do dr. Carneiro Felipe, presidente da C. C. N., recebemos o diretor desta folha, o despacho seguinte, no qual agradece a colaboração da ENLHO no êxito que vem conseguindo o recenseamento brasileiro, aproveitando ainda a oportunidade para enviar-nos cumprimentos de Ano Novo.

"Rio, 31 — Diretor da A UNIAO — João Pessoa — Na qualidade de presidente da Comissão Censitária Nacional e em seu nome, venho agradecer a esse periódico a valiosa cooperação que tem prestado ao Serviço Nacional de Recenseamento. A grandiosa propaganda do recenseamento, cujo caráter é de alto interesse para o povo brasileiro, não teria produzido todos os frutos, sem o apoio da imprensa. Em sua última reunião, a referida Comissão deliberou, ainda, sobre a forma de fazer chegar o voto de fidelidade ao decorrer do ano entrante. Cordiais saudações — Carneiro Felipe"

NOTAS DE PALACIO

Estive ontem no Palácio da Redenção, com o fim de cumprimentar o sr. Interventor Federal pela entrada do Ano Novo. O dr. Claudio Cavalcanti.

Estiveram ainda ontem no Palácio da Redenção, a fim de agradecer ao sr. Interventor Federal as suas respectivas promoções, os srs. Mariano Boalide, José Acilino de Carvalho, Luis Gonzaga Borges, João Albuquerque, José Adauto Bezerra Cavalcanti e srta. Jauberly Agra da Nogueira, funcionários da Secretaria da Fazenda.

A fim de apresentar cumprimentos ao sr. Interventor Federal esteve ontem no Palácio do Governo o jornalista Duarte de Almeida.

As últimas notícias em CAMISAS E PIJAMAS árabe de receber a CASA VESUVIO.

O comandante do 22.º B. C. visita a Força Policial do Estado

Em companhia do capitão José de Sousa Pinto e do tenente Edson Ramalho, esteve ontem em visita ao coronel Amelito Tavares, comandante da Força Policial do Estado e a oficialidade dessa corporação, o major Alfredo Lucas, ilustre comandante do 22.º B. C.

Recebidos cordialmente no quartel da praça Pedro Amerio, os dignos visitantes apresentaram suas felicitações ao comandante e oficiais da nobre milícia por motivo da entrada do novo ano, tendo ali se demorado por alguns momentos.

Aí, ainda, o coronel Amelito Tavares exprimiu o seu reconhecimento e da oficialidade da Força Policial pela honrosa visita e acompanhamento os seus brilhantes camaradas do Exército até o portão principal do quartel.

Farmácia de Plantão

Estará de plantão, hoje, a FARMACIA TEIXEIRA, à rua Duque de Caxias.

JOÃO PESSOA — Sexta-feira, 3 de Janeiro de 1941

DIÁRIO OFICIAL

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. DR. RUY CARNEIRO

Prefeitura Municipal de
Caicira

DECRETO

O Prefeito Municipal de Caicira, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV do art. 12 do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve, apegando-se nos termos da letra d do art. 155 da Constituição Federal, José Batista de Carvalho com os vencimentos proporcionais ao tempo de serviço prestado.

Prefeitura Municipal, em 23 de dezembro de 1940.

Haroldo Espinola de Oliveira Lima — Prefeito.

Prefeitura Municipal de
Pilar

Abre o crédito especial de R\$950,00.

O Prefeito Municipal de Pilar, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso I do art. 12 do decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, considerando que de acordo com o decreto n.º 1, o Secretário-Tesoureiro desta Prefeitura, Sr. Antonio Marinho do Nascimento, foi posto em disponibilidade com os vencimentos proporcionais ao tempo de serviço prestado. Considerando que não há verba própria no orçamento do corrente exercício, por onde seja paga a referida despesa:

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aberto à Tesouraria, o crédito especial de R\$950,00, para ocorrer as despesas com o pagamento dos vencimentos da disponibilidade do funcionário Antonio Marinho do Nascimento.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pilar, 28 de novembro de 1940.

Diogenes de Miranda Henrique — Prefeito.

Prefeitura Municipal de
Conceição

DECRETO-LEI N.º 3, DE 25 DE DEZEMBRO DE 1940

Abre crédito especial de R\$5.000,00 para ocorrer às despesas com o conserto do motor da Usina Elétrica Municipal.

O Prefeito Municipal de Conceição, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso I do art. 12 do decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, considerando que a Usina Elétrica Municipal não funciona desde o começo do ano, por falta de conserto no motor.

Considerando que há necessidade urgente de executar esse serviço e não há verba própria no orçamento vigente:

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito especial de cinco contos de réis (5.000,00) para ocorrer às despesas com o conserto do motor da Usina Elétrica do Município.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Conceição, em 25 de dezembro de 1940.

Tenente João Galdêira de Oliveira — Prefeito.

DECRETO-LEI N.º 4, DE 25 DE DEZEMBRO DE 1940

Abre o crédito especial de dois contos de réis.

O Prefeito Municipal de Conceição, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso I do art. 12 do decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, considerando que na cidade não existe um serviço de remoção de lixo. Considerando que há necessidade urgente de organizar esse serviço e não há verba própria no orçamento vigente:

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aberto à Tesouraria, o crédito especial de dois contos de réis (2.000,00) para ocorrer às despesas com a compra de uma carroça, um mui e respectivo arreadamento destinados ao serviço de remoção de lixo da cidade.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Conceição, em 25 de dezembro de 1940.

Tenente João Galdêira de Oliveira — Prefeito.

DECRETO N.º 95, de 31 de dezembro de 1940

Aplica o Regulamento do Imposto de Indústria e Profissão.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba, na conformidade do disposto no art. 3.º do decreto-lei n.º 137, de 26 de dezembro de 1939, findo,

RESOLVE:

Art. único — Fica aprovado o Regulamento do Imposto de Indústria e Profissão, que com este baixa, revogadas as disposições em contrário.

João Pessoa, 31 de dezembro de 1940. 52.ª da Proclamação da República.

Ruy Carneiro
Mário Felício dos Alves

REGULAMENTO DO IMPOSTO DE INDÚSTRIA E PROFISSÃO

CAPÍTULO I

Do imposto e sua incidência

Art. 1.º — O imposto de indústria e profissão será lançado e arrecadado de acordo com este decreto.

Art. 2.º — O imposto constará de duas contribuições distintas. Uma variável, à base de cinco décimos por cento (0,5%) sobre o movimento total dos comerciantes e industriais e outra que exercerem profissões liberais, artes ou ofícios e os ambulantes em geral, bem assim para os que não efetuarem operações de conta própria, de modo a faltar elemento positivo para o lançamento em parte variável.

Art. 3.º — As pessoas naturais ou jurídicas que explorem a indústria ou o comércio em qualquer das suas modalidades, e as que exercerem profissão, arte ou ofício lucrativo, ficam sujeitas ao imposto de indústria e profissão, na conformidade do art. anterior.

Art. 4.º — As sociedades civis ou comerciais, ainda que tenham a sua sede fora do Estado, ficam sujeitas ao imposto de indústria e profissão sobre as atividades que exercem neste Estado.

Art. 5.º — O imposto de indústria e profissão é devido em cada localidade de comércio, pagará o respectivo imposto como ambulante, o qual não possui loja ou escritório.

Art. 6.º — Os distribuidores de mercadorias para localidades diferentes, que não efetuarem transações comerciais de compra e venda, ficam sujeitos à parte fixa do imposto. Se, porém, excepcionalmente, operarem de conta própria, incidirá também na parte variável do imposto, na forma deste regulamento.

Art. 7.º — Fica isento do imposto de indústria e profissão os depósitos de firmas já lançadas, que não efetuarem operações mercantis.

Art. 8.º — Quando situada a fábrica numa localidade e o escritório ou loja de venda em outra, o imposto será cobrado sobre as duas atividades, como parte variável da fábrica e parte fixa do escritório.

Art. 9.º — Quem expuser mercadorias à venda em estabelecimento de terceiros, pagará o respectivo imposto como ambulante. O proprietário do estabelecimento responderá pelo imposto não pago pelo expostor.

Art. 10.º — Os agentes e encarregados de Companhias de Seguros Sorteios ou Capitalização, ficam obrigados pelo imposto que incidir sobre as atividades da Empresa, muito embora não tenha a sua sede no Estado.

Art. 11.º — Os estabelecimentos industriais poderão ter prepostos ou compradores ambulantes da matéria prima, pagando, porém, o imposto para cada um sem direito a outro armazém de depósito, a não ser o do estabelecimento.

Art. 12.º — O imposto sobre produtor de aguardente será cobrado proporcionalmente à base de 0,5%.

Art. 13.º — O imposto de indústria e profissão de abatedor de gado será cobrado pelo número de rézes abatidas de acordo com a tabela respectiva.

Art. 14.º — Quando não constar da tabela do imposto de indústria e profissão (parte fixa), qualquer atividade tributável, o chefe da repartição arbitrária a 50% (50%) de 10.000,00 o valor da contribuição fixa.

Art. 15.º — Ao arbitramento precederá parecer por escrito da comissão lançadora.

CAPÍTULO II

Da parte fixa

I — Do processo de lançamento

Art. 15.º — O lançamento do imposto de indústria e profissão (parte fixa) será processado pelas Recebedorias de Renditas, na Capital e Campina Grande, e no interior, pelas Mesas de Renditas e Estações Fiscais, nos meses de janeiro e fevereiro, por empregados designados pelos respectivos chefes.

Art. 16.º — No mês de julho, far-se-á a revisão do lançamento, a fim de que sejam supridas as omissões e incluídos os negócios novos.

Art. 17.º — Os funcionários encarregados do lançamento ficam obrigados a entregar, às respectivas repartições fiscais, todo o serviço dentro do prazo acima estabelecido.

Art. 18.º — Servirão de base para o lançamento da parte fixa de indústria e profissão os seguintes elementos, em conjunto ou isoladamente, segundo a atividade.

- 1) Lançamento anterior;
- 2) Movimento comercial ou industrial do ano anterior;
- 3) Capital;
- 4) Mercadorias em depósito;
- 5) Valor locativo do prédio;
- 6) Despesas com o estabelecimento;
- 7) Localização;
- 8) Número de operários e empregados;
- 9) Comparação com estabelecimentos congêneres;
- 10) As estatísticas de importação ou exportação.

Art. 17.º — Ao lançamento precederá notificação escrita, depois de examinada a situação contribuinte, devendo o lançador colher as necessárias informações usando para isso dos elementos especificados no artigo anterior.

Art. 18.º — As notificações de lançamentos far-se-ão em duas vias e serão assinadas pelo lançador, ficando a primeira via com o contribuinte e a segunda na repartição fiscal, para a necessária transcrição.

Art. 19.º — Não havendo recurso dentro de vinte dias da notificação, serão os lançamentos considerados definitivos no livro próprio.

Art. 20.º — Os contribuintes são obrigados, sob pena de multa de cinquenta (50.000) a duzentos mil réis (200.000) a comunicar a repartição fiscal da localidade a transferência de local do estabelecimento, mudança de ramo de negócio, modificação de firma ou quaisquer outras alterações, para que sejam averbadas nos respectivos lançamentos.

Art. 21.º — A falta de lançamento não isenta o contribuinte do pagamento do imposto e das multas a que estiver sujeito.

Art. 22.º — Nenhuma modificação será feita em qualquer lançamento como nenhuma baixa será concedida, sem que o requerente se mostre quite com a Fazenda Estadual. No caso de transferência do estabelecimento, far-se-á novo lançamento.

Art. único — Sempre que o requerente não estiver quite com o Fisco e o chefe da repartição declarará em despacho ficando o andamento do requerimento dependendo da liquidação do débito.

II — Das reclamações e recursos

Art. 23.º — Os contribuintes lançados poderão reclamar contra o lançamento dentro de vinte dias contados da data da notificação, perante os diretores das Recebedorias na Capital e Campina Grande e no interior, perante os chefes das Mesas de Renditas e Estações Fiscais.

Art. 24.º — Das decisões proferidas e facultado recorrer para o Secretário da Fazenda, dentro de quinze dias contados a intimação do despacho pessoal ou por edital, sendo ditos recursos encaminhados pelas repartições lançadoras.

Art. 25.º — Haverá, ainda, das decisões do Secretário da Fazenda, recurso para o Chefe do Governo, dentro de cinco dias após a intimação.

Art. 26.º — Não se tomará conhecimento de recurso interposto fora dos prazos estabelecidos no artigo anterior, nem escrito em linguagem desconhecida ou impropria.

Art. 27.º — Igualmente não se tomará conhecimento de reclamação ou recurso de contribuinte que esteja em débito para com a Fazenda do Estado.

Art. 28.º — Os contribuintes poderão apresentar reclamação por ser infundado o lançamento, para solicitar redução de imposto, para reaver importância de imposto pago indevidamente, por não haver fundamento para multa.

Art. 29.º — As faltas e erros dos funcionários não prejudicará às partes que tiverem cumprido as disposições regulamentares, responsabilizando-se os que houverem causado prejuízo à Fazenda Estadual.

III — Do tempo e modo de arrecadação

Art. 27.º — O imposto de indústria e profissão, na parte fixa, será cobrado dos contribuintes estabelecidos do modo seguinte: Até 500,00 em uma prestação, até maio.

De mais de 500,00 até 5.000,00 em duas prestações, em maio e outubro.

De mais de 5.000,00 até 1.000.000 em três prestações, em abril, julho e outubro.

Superior a 1.000.000 em quatro prestações em março, junho, setembro e dezembro.

Art. 28.º — Quando o imposto não for pago nos prazos acima, os contribuintes ficam sujeitos à multa de 10%.

Art. 29.º — Quando coincidir com um domingo ou feriado o último dia para pagamento de uma prestação do imposto, o pagamento deverá ser efetuado no dia anterior.

Art. 30.º — O imposto sobre ambulantes, inferior a 100.000, será pago em uma só prestação, nos primeiros trinta dias do exercício; o superior a cem mil réis (100.000) será pago em duas prestações: a primeira no início da atividade e a segunda em julho.

Art. 31.º — Antes de serem remetidas à cobrança executiva as respectivas certidões de pagamento do imposto será feita a repartição em que o contribuinte estiver lançado.

Art. 32.º — A arrecadação da parte fixa do imposto de indústria e profissão será feita em tabelas próprias, e a sua escrituração se fará de acordo com as determinações da Secretaria da Fazenda.

IV — Dos ambulantes

Art. 32.º — Consideram-se negociantes ambulantes todos aqueles que direta ou indiretamente, para venda em qualquer parte, conduzam mercadorias. A eles se equiparam todos os que, mesmo estabelecidos, levem à venda mercadorias desacompanhadas da nota de entrega extraída na sede do estabelecimento.

Art. 33.º — Caracteriza a venda ambulante a nota extraída no domicílio do comprador.

Art. 34.º — São isentos do imposto os caixeiros-viajantes, com simples mostruários. Aquêles, porém, que conduzirem mercadorias, para entrega ou venda nas praças, que conduzirem para serem equiparados a mercadores ambulantes e sujeitos ao respectivo imposto.

Art. 35.º — O ambulante poderá exercer sua indústria com um só imposto em todo o Estado, sendo necessário, entretanto, que tenha pago a contribuição que tenha pago o imposto integral do exercício.

Art. 36.º — É isento do imposto de ambulante o negociante estabelecido que expor à venda em bancos, nas feiras mercadorias do respectivo estabelecimento.

Art. 37.º — Também fica isento do imposto sobre comprador de gado o comerciante que adquirir rézes e abate-las para consumo público.

Art. 38.º — Os comerciantes ambulantes de qualquer gênero ou artigo têm a facilidade de expor-lhes também nas feiras, sem contribuição de outra espécie, contanto que tenham pago o imposto integral do exercício.

Art. 39.º — A falta de pagamento do imposto de ambulante, nos prazos estabelecidos, sujeita o contribuinte à multa de dez por cento (10%) dentro dos trinta dias seguintes. Esgotado este prazo, e não pago o imposto processa-se à cobrança da multa, em quantidade necessária ao pagamento do imposto devido, acrescido da multa de despesas.

Art. 40.º — Entendem-se por almoxarife, compreendidos na tabela de indústria e profissão, os tropeiros que exploram profissionalmente fase gênero de negócios.

Art. 41.º — As repartições fiscais terão um livro de Registro dos Ambulantes discriminando a natureza da indústria ou profissão e a data do pagamento dos respectivos impostos.

Art. 42.º — Quando a indústria e profissão do ambulante for iniciada dentro do segundo semestre e o contribuinte não tiver exercido igual atividade no ano anterior, o lançamento poderá ser de seis meses; em outro qualquer caso, ou estando o exercício da indústria sujeito a período de safra, será sempre de doze meses.

Art. 43.º — Os ambulantes são obrigados a exibir nos agentes do Fisco, para o necessário "Visto", a prova do pagamento do imposto de indústria e profissão.

CAPÍTULO III

Da arrecadação

Art. 41.º — A parte variável do imposto de indústria e profissão será cobrada dos comerciantes e industriais, em verbas, à razão de cinco por cento (5%) sobre o total do movimento realizado, ou sejam, quando, por cento (40%) sobre a importância adquirida em selos de Vendas e Consignações.

Art. 42.º — A parte variável será calculada na própria guia e escriturada no livro de receita em coluna especial.

Art. 43.º — Quando o contribuinte não tiver pago o imposto de indústria e profissão fará notar isso na guia de aquisição de selos, citando o número da lei ou decreto que concedeu a isenção.

Art. 44.º — Quando se tratar de filiais ou depósitos de firmas de fora do Estado, que não estejam obrigadas ao pagamento do imposto de vendas e consignações por já ter sido recebido no Estado de origem, a parte variável do imposto de indústria e profissão será paga em guia especial, conforme modelo organizado pela Secretaria da Fazenda da qual deverá constar o movimento da quinzena vendida.

Art. 45.º — Quando se tratar de isenção parcial de imposto de indústria e profissão a parte variável será exigida sobre a parcela não revente à isenção concedida, fazendo-se para isso, na guia a discriminação necessária.

Art. 46.º — A repartição fiscal verificará posteriormente se a declaração do contribuinte está em concordância com a escrita do seu estabelecimento, e a aplicar multas pelas infrações que apurar.

Art. 47.º — Sempre que, por motivo superior, for o imposto de vendas e consignações pago por verba ísta, é sem que se adquira estampilhas próprias, será exigido na mesma ocasião e pela mesma forma o pagamento da parte variável do imposto.

Art. 48.º — Ao contribuinte que se apresentar espontaneamente, antes de qualquer diligência fiscal a repartição da localidade para regularizar o pa-

gamento da parte variável do imposto de indústria e profissão será isso permitido com o acréscimo da multa de 10%.

II — Das penalidades

Art. 48 — Aos que deixarem de cumprir o disposto no art. 5.º bem como aos que deixarem de comunicar as alterações que se derem durante o exercício, como sejam: mudança de local, alteração de firma, mudança de ramo, cessação de negócios ou profissões e quaisquer outras, serão impostas multas de cincocentos a dois mil e quinhentos (200.000) mil réis.

Art. 49 — Os contribuintes que fornecerem informações falsas ficarão sujeitos à multa de 200.000 a 1.000.000, e o dobro na reincidência.

Art. 50 — A falta de pagamento da parte variável do imposto de indústria e profissão sujeita o contribuinte à multa de 100.000 quando o valor do imposto for inferior a 50.000, aplicando-se-lhe daí em diante multa equivalente ao dobro do imposto exigível.

Art. 51 — Quando for constatada, pela escrita comercial, ou outro elemento seguro, a evasão do imposto, o contribuinte fica obrigado à multa de 500.000, quando o valor do imposto for inferior a 200.000, aplicando-se-lhe daí em diante multa equivalente ao triplo do imposto exigível.

Art. 52 — As multas impostas em virtude de denúncia ou de autos, serão, em caso de reincidência, aplicadas no dobro.

Art. 53 — Considera-se reincidência a repetição da mesma contravenção pela mesma pessoa ou firma, depois de passada em julgado a respectiva sentença condenatória.

Art. 54 — Em qualquer hipótese será exigida a indenização do imposto devido.

Art. 55 — Quando se apurar no mesmo processo, infração de mais de uma disposição deste Regulamento pela mesma pessoa ou firma, ser-lhe-á aplicada somente uma pena, que será a maior das que estiver incurso.

Art. 56 — A aplicação das multas não prejudicará a ação penal que no caso couber.

III — Do processo administrativo

Art. 57 — O processo administrativo para imposição de qualquer das multas consignadas neste Regulamento será o estabelecido no Título XVIII — Disposições gerais — Do Código Fiscal do Estado, aprovado pelo decreto n.º 40, de 12 de março de 1940.

Art. 58 — A fiscalização do imposto de indústria e profissão compete aos agentes do Fisco Estadual, designados na forma da legislação em vigor.

Art. 59 — A designação dos fiscais será da atribuição dos chefes das repartições arrecadoras, que os escolherá entre os funcionários a si subordinados.

Art. 60 — Os fiscais do imposto de indústria e profissão são obrigados a visitar os estabelecimentos sujeitos ao imposto, conferindo e visando os livros respectivos e guias de recolhimento.

Art. 61 — Verificando falta de pagamento do imposto, fraude nas declarações ou outra qualquer infração a dispositivo deste Regulamento, o fiscal lavrará auto circunstanciado e o apresentará ao chefe da repartição para os demais termos do processo.

Art. 62 — O não desempenho de suas funções, poderão os agentes do Fisco invocar o auxílio da autoridade policial, e esta sob nenhum pretexto poderá deixar de prestá-lo.

Art. 63 — Os fiscais são obrigados a apresentar, semanalmente, ao chefe da repartição, boletim dos serviços que tiverem executado.

Art. 64 — A falta de apresentação do boletim de que trata este artigo sujeita o funcionário à observação e, na reincidência, às penalidades aplicáveis por falta de exatidão no cumprimento dos deveres.

Art. 65 — A falsidade nos boletins de serviço será punida com a pena de suspensão de 30 a 90 dias e na reincidência com a pena de demissão.

Art. 66 — Os funcionários designados para a fiscalização serão identificados por um cartão fornecido pelo chefe da repartição fiscal da localidade.

Art. 67 — A designação dos funcionários deverá ter a mais ampla publicidade, com a publicação, sempre que possível, no órgão oficial do Estado ou jornais de circulação no interior.

Art. 68 — Os fiscais do imposto de indústria e profissão ficarão sujeitos à assinatura do ponto na Repartição, na hora marcada pelo chefe, salvo casos especiais em que se dispensará esta exigência.

Art. 69 — Do produto das multas por infração ao imposto de indústria e profissão, efetivamente arrecadadas, trinta por cento (30%) caberão ao autante.

Art. 70 — Quando as multas forem arrecadadas por efeito de ação executiva, caberão 10% ao procurador da Fazenda ou promotor que funcionar no feito, e vinte por cento (20%) somente ao autante.

Art. 71 — No caso de apreensão de mercadorias de ambulantes, o funcionário lavrará o competente auto e o enviará ao chefe da repartição para os devidos fins.

Art. 72 — Propondo-se a pagar o imposto antes de julgado o auto, o contribuinte poderá fazê-lo, acrescido porém, de multa de 10% e mais despesas que houver, passando, no próprio auto, recibo das mercadorias que lhe forem devolvidas.

Art. 73 — As mercadorias apreendidas serão depositadas em lugar seguro na repartição ou em mãos de comerciantes idoneos lavrando-se, neste último caso o competente termo de depósito.

Art. 74 — Se dentro de 10 dias o autante não se quitar com a Fazenda, irão as mercadorias à leilão, para pagamento do imposto, multa e demais despesas, e o saldo será entregue ao interessado, mediante recibo no auto.

Art. 75 — Tratando-se de mercadorias facilmente deterioráveis no prazo de 10 dias poderá ser reduzido para 24 horas, fazendo-se disso menção no auto de apreensão.

CAPÍTULO V

Das isenções

Art. 76 — São isentos do imposto de indústria e profissão:

- 1 — os cultivos-plantas que não estejam em venda ou entrega de mercaderia, de acordo com o disposto no artigo 33;
- 2 — o transporte de passageiros em embarcação a motor e a vela;
- 3 — as instituições beneficentes e as sociedades literárias, científicas e esportivas, quando não tenham fim de lucro;
- 4 — os funcionários públicos;
- 5 — as cooperativas devidamente registradas;
- 6 — os agentes de produção das Companhias de seguros, sorteios e capitalização, quando estiverem devidamente cotizados com a Fazenda;
- 7 — os bares, bilhares e restaurantes localizados em sedes de sociedades recreativas e esportivas, contanto que não cobrem "tempo" nem façam fornecimento a estrangeiros;

8 — os mercadores ambulantes reconhecidamente pobres, ou que estejam impossibilitados para outros serviços, desde que a renda anual não ultrapasse de 3.000.000 (três contos de réis);

9 — os agentes e vendedores de bilhetes da Loteria Federal, na forma do disposto no decreto-lei federal n.º 554, de 12 de novembro de 1933;

10 — os maquinismos de descarregar algodão ou beneficiar qualquer fibra, quando o proprietário for lançado pelo respectivo armazém de compra;

11 — o comprador de gado que estiver tributado na conformidade do disposto no artigo 35, § 1.º;

12 — as pequenas indústrias domésticas e as que trabalharem sem anuário ou reclamation, e sem portas abertas, no concerto ou fabrico de objetos de pouco valor desde que não tenham operários ou aprendizes;

13 — os vendedores ambulantes de jornais e revistas;

14 — os guarda-livros que trabalharem como empregado em uma só casa comercial, desde que não executem qualquer serviço técnico avulso;

15 — os estaleiros localizados em fazendas, desde que estas estejam tributadas pelo imposto territorial;

16 — os depósitos a que se refere o artigo 7.º;

17 — os depósitos de aguardente nos próprios engenhos.

Art. 77 — As isenções de que tratam os alíneas 6, 14 e 15, do artigo anterior, devem ser requeridas anualmente por escrito, à repartição fiscal da localidade, a qual, após as necessárias sindicâncias, poderá deferir ou não o pedido.

Art. 78 — Reconhecida a isenção, a repartição fiscal expedirá uma autorização ao interessado para vigorar durante o exercício.

Art. 79 — Se o funcionário público exercer outra atividade, como a engenharia, a medicina, a advocacia, a dentaria, não gozará de isenção para essa atividade.

Art. 80 — A dispensa legal de pagar o imposto de indústria e profissão não exime o contribuinte da obrigação de fornecer ao Fisco, quando exigido, todos os informes e elementos que comprovem a razão de ser de sua isenção.

Art. 81 — O não cumprimento desta obrigação importa em ser cassada a isenção, cobrando-se o imposto de todo o exercício.

CAPÍTULO VI

Disposições gerais

Art. 82 — Quem exercer atividade tributável na parte fixa do imposto de indústria e profissão, em período inferior a um ano, pagará o imposto correspondente ao tempo em que a tiver exercido, porém nunca inferior a um semestre.

Art. 83 — O contribuinte por indústria e profissão sujeito a período de safra não pagará imposto inferior a um ano, e só tributado na parte fixa do imposto.

Art. 84 — Caso, porém, tenha iniciado a indústria ou profissão no segundo semestre, e no ano anterior não tenha exercido igual atividade, o contribuinte pagará o imposto correspondente a um semestre, salvo o caso de fraude, a juízo da Secretaria da Fazenda.

Art. 85 — Quando abandonarem definitivamente a indústria ou profissão, comprovadamente, pagará o imposto relativo ao período em que a exercer, porém nunca inferior a um semestre.

Art. 86 — Os tributados não terão direito à baixa ou cancelamento de lançamento, quando, dentro dos primeiros meses do exercício, não fizerem declarações escritas à repartição fiscal de que não querem continuar a exercer a indústria ou profissão.

Art. 87 — Se for lançado na parte variável do imposto, o contribuinte é obrigado ao pagamento do imposto vencido.

Art. 88 — Sendo, porém, tributado na parte fixa, a baixa é concedida independentemente de qualquer pagamento de imposto de indústria e profissão.

Art. 89 — Os que, não obstante terem feito as declarações de que trata o artigo anterior, passaram a exercer a indústria ou profissão sem पूर्वio requerimento de lançamento, ficam sujeitos à multa de 50.000 a 200.000, cobrando-se o imposto integral do exercício.

Art. 90 — Os tabelados funcionários públicos estaduais e municipais, o presidente da Junta Comercial e as empresas de transporte são obrigados a fornecer aos encarregados de lançamento e fiscais do imposto de indústria e profissão, quaisquer informações e esclarecimentos que se tornem necessários à exata arrecadação do tributo.

Art. 91 — Os contribuintes são obrigados a exibir aos fiscais do imposto os livros necessários à verificação da exatidão do pagamento, quer se trate de livros fiscais ou da escrita comercial.

Art. 92 — A recusa da exibição dos livros será punida com multa de 1.000.000 a 5.000.000.

Art. 93 — As firmas que tomarem parte em concorrência pública e administrativa ou quaisquer fornecimentos ao Estado e aos Municípios e não estiverem lançadas no imposto de indústria e profissão local, ficarão sujeitas ao pagamento de cinco por cento (5%) sobre o valor do fornecimento ou da venda.

Art. 94 — Das firmas estabelecidas no Estado que tomarem parte em concorrência pública, exigir-se-á a prova de estar quitas com o imposto de indústria e profissão.

Art. 95 — Mesmo no caso de haver isenção do imposto de indústria e profissão, a repartição deve proceder ao respectivo lançamento, fazendo no registro a competente anotação.

Art. 96 — O contribuinte que não estiver quite com o imposto de indústria e profissão não poderá requisitar guias de fiscalização e de transito, visar certificados de origem, adquirir estampilhas de vendas e consignações, requerer ou tratar de qualquer interesse junto às repartições fiscais.

Art. 97 — As petições de transferência de estabelecimentos comerciais devem ser acompanhadas da prova do pagamento do imposto vencido, e assinadas também pelo adquirente.

Art. 98 — Não se tomará conhecimento de petições em desacordo com o estabelecido no presente artigo.

Art. 99 — O adquirente de qualquer estabelecimento sujeito a imposto de indústria ou profissão responderá pelos débitos em que o mesmo se achar para com a Fazenda.

Art. 100 — Ocorrendo força maior, devidamente comprovada, prejuízo ou escassez de renda por causas fortuitas, poderá o Chefe do Governo conceder remissão parcial ou total do imposto de indústria e profissão.

Art. 101 — Consideram-se casos de força maior:

- a) incêndio;
- b) seca ou inundação;
- c) guerra interna.

Art. 102 — Este Regulamento substituirá o Título 1 do decreto n.º 40, de 12 de maio de 1935, e passará a fazer parte integrante da codificação fiscal do Estado da Paraíba.

Art. 103 — Revogam-se as disposições em contrário.

(Continúa)

Prefeitura Municipal de Joazeiro

DECRETO-LEI N.º 4 DE 2 DE DEZEMBRO DE 1940

Dispensa de multa os devedores de impostos à Fazenda Municipal.

O Prefeito Municipal de Joazeiro, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso I do art. 12 do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939.

Considerando a situação atual do Município e a necessidade de regularizar os débitos dos contribuintes da Fazenda Municipal.

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam dispensados de multa todos os devedores da Fazenda Municipal, por impostos e taxas devidas até a data deste decreto, desde que satisficam seus débitos até 31 de dezembro do corrente ano.

Art. 2.º — Não terão direito a restituição os contribuintes que houverem pago, com multa, os impostos e taxas referidos no art. 1.º.

Art. 3.º — Extinguem-se a dívida ativa do exercício de 1939, ajustado ou não, à disposição deste decreto-lei.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Joazeiro, 2 de dezembro de 1940.
Claudio Alves da Nóbrega — Prefeito.

Prefeitura Municipal de Princesa Isabel

DECRETO-LEI N.º 3

Abre crédito especial.

O Prefeito Municipal de Princesa Isabel, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso I do art. 12 do decreto-lei federal n.º 1.202 de 8 de abril de 1939.

Considerando que, nos termos do decreto federal n.º 31, de 2 de março de 1938 e decreto estadual n.º 1.010, de 30 de março de 1939, foi executado, o mapa de extinção de débitos.

Considerando que não se enquadra nas verbas orçamentárias o pagamento da despesa em esse serviço de natureza técnica.

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aberto à Tesouraria, o crédito especial de 1.500.000 para pagar ao engenheiro Leon Francisco Cleot, pela execução do mapa Municipal.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Princesa Isabel, 17 de dezembro de 1940.
Armando Calhina Brito — Prefeito.

Prefeitura Municipal de São João do Cariri

DECRETO N.º 10 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1940

Regula a marcha de processados de qualquer natureza, na Secretaria da Prefeitura.

O Prefeito Municipal de São João do Cariri, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso II do artigo 12 do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939.

DECRETA:

Art. 1.º — Toda e qualquer petição, requerimento, reclamação dirigida ao Prefeito será apresentada na Secretaria da Prefeitura onde serão ementas e pagas as taxas legais.

Parágrafo único: — Não terão andamento os requerimentos ou processos dos devedores da Fazenda Municipal, a não ser para pagamento das mesmas dívidas.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João do Cariri, 18 de dezembro de 1940.
Teritullano Brito — Prefeito.

ANEXO DO DECRETO-LEI N.º 140, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1940

CARREIRAS

(CONTINUAÇÃO)

SITUAÇÃO ANTIGA				SITUAÇÃO NOVA			
N.º de Cargos	CARGO	REPARTIÇÃO	Vencimento Anual	N.º de Cargos	CARRERA	Classe	OBSERVAÇÕES
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO							
1	Dattilógrafo	D. G. S. P. — Laboratório Bromatológico	2.880.000	—		B	1 excedente (classe extinta).
1	Auxiliar	Conselho Penitenciário	1.500.000	—		A	1 excedente (classe extinta).
AUXILIAR DE LABORATÓRIO							
2	Auxiliar-técnico	D. G. S. P. — Seção de Pesquisas	5.100.000	—			
1	Auxiliar-técnico	D. G. S. P. — Antirrábica e Vacinogênica	5.100.000	1		F	3 excedentes.
1	Auxiliar-técnico	D. G. S. P. — Seção de Hipodermoterapia	5.100.000	—			
1	Microscopista	D. G. S. P. — Postos de Higiene de Campina Grande	3.600.000	2		E	2 vagos.
1	Microscopista	D. G. S. P. — Hospital de Psicopatas	3.810.000	3		D	1 vago.
CONTABILISTA							
1	Escrit. da classe F	Contador Geral	12.000.000	1		N	
1	Contabilista	Repartição de Saneamento de João Pessoa	10.800.000	—			
1	1.º Contabilista	Repartição dos Serviços Edifícios	10.200.000	2		M	1 excedente.
1	Contador	Pórtio de Cabedelo	10.800.000	—			
1	Sub-Contador	Contador Geral	10.200.000	2		L	1 vago.

2	Escrit. da classe E	Contadoria Geral	9.000\$000				
1	2.º Contabilista	Repartição dos Serviços Elétricos	9.000\$000	3		K	
2	Escrit. da classe D	Contadoria Geral	7.800\$000				
1	Contabilista	Recb. de Rendas da Capital	8.040\$000	4		J	
1	Contabilista	Recb. de Rendas de Campina Grande	8.040\$000				
CONTABILISTA-AUXILIAR							
2	Escrit. da classe C	Contadoria Geral	6.600\$000	2		I	
1	Escrit. da classe B	Contadoria Geral	6.000\$000				
2	Escrit. da classe B	Contadoria Geral	6.000\$000	3		H	2 excedentes
1	Ajudante de Contabilista	Repartição de Saneamento de Campina Gde.	6.000\$000				
1	Guarda Livros	Porto de Cabedelo	6.000\$000				
3	Auxiliar de Contabilista	Repartição de Saneamento de Campina Grande	5.400\$000				
2	Ajudante de Contabilista	Repartição de Saneamento de João Pessoa	5.400\$000	5		G	
3	Auxiliar de Contabilidade	Repartição dos Serviços Elétricos	5.200\$000				
4	Auxiliar de Contabilidade	Repartição de Saneamento de João Pessoa	4.800\$000	6		F	2 excedentes
1	Escrit. da classe A	Contadoria Geral	5.100\$000				
1	Correntista	Repartição de Saneamento de João Pessoa	3.600\$000	6		E	6 vagos
						D	1 excedente (classe extinta)
DESENHISTA							
1	Desenhista	Repartição do Saneamento de João Pessoa	5.700\$000	1		G	
1	Desenhista	Diretoria de V. e Obras Públicas	4.800\$000				
1	Desenhista	Repartição de Saneamento de Campina Gde.	4.800\$000	1		P	1 excedente
1	Desenhista	Repartição dos Serviços Elétricos	4.320\$000	1		E	
1	Desenhista	Depart. Estadual de Estatística	3.840\$000	2		D	1 vago
ENFERMEIRO							
1	Enfermeiro-chefe	D. G. S. P. — Enfermagem de S. P.	6.000\$000	—		H	1 excedente (classe extinta)
—	—	—	—	1		G	1 vago
—	—	—	—	3		E	1 vago
1	Enfermeiro	Escola Prof. Presidente João Pessoa	3.600\$000	3		D	3 vagos
1	Enfermeiro-visitador	D. G. S. P. — Posto de Higiene de Cajazeiras	3.120\$000				
6	Enfermeiro-visitador	D. G. S. P. — Posto de Higiene de Areia, Alagôa Grande, Itabaiana, Guarabira, Patos e Bananeiras	3.120\$000				
1	Enfermeiro-visitador	D. G. S. P. — Posto de Higiene de Campina Grande	3.120\$000	20		C	8 excedentes
12	Enfermeiro-visitador	D. G. S. P. — Enfermagem de S. P.	3.120\$000				
3	Enfermeiro	D. G. S. P. — Serviço B. C. G.	3.120\$000				
1	Enfermeiro	D. G. S. P. — Profilaxia da Leprosia	3.120\$000				
4	Enfermeiro	D. G. S. P. — Profilaxia de Sífilis e Doenças Venéreas	3.120\$000				
ENGENHEIRO							
1	1.º Engenheiro	Diretoria de Viação e Obras Públicas	24.000\$000	—		U	2 excedentes (classe extinta)
1	1.º Engenheiro	Repartição dos Serviços Elétricos	24.000\$000				
1	2.º Engenheiro	Repartição dos Serviços Elétricos	21.600\$000				
1	2.º Engenheiro	Repartição de Saneamento de João Pessoa	21.600\$000	1		T	3 excedentes
1	2.º Engenheiro	Diretoria de Viação e Obras Públicas	21.600\$000				
1	2.º Engenheiro	Repartição de Saneamento de Campina Grande	21.600\$000				
1	Engenheiro	Patrimônio do Estado	18.000\$000	2		S	1 vago
—	—	—	—	2		R	2 vagos
—	—	—	—	2		Q	2 vagos
—	—	—	—	2		P	2 vagos
ESCRITURARIO							
1	1.º Escriturário	Diretoria de Viação e Obras Públicas	7.200\$000				
1	Encarregado de Contas e Ligações	Repartição dos Serviços Elétricos	7.200\$000				
1	1.º Escriturário	Diretoria da Secretaria da Agricultura, V. e Obras Públicas	7.200\$000				
2	Escrit. classe E	Recb. de Rendas de Campina Grande	7.320\$000				
3	Escrit. classe E	Recb. de Rendas da Capital	7.320\$000	10		J	5 excedentes
3	Escrit. classe D	Tesouro do Estado	7.800\$000				
1	Escrit. classe D	Gabinete do Secretário da Fazenda	7.800\$000				
1	1.º Escriturário Sec.º	Dep. de Educação — Liceu Paraibano	7.200\$000				
1	2.º Escriturário	Gabinete da Interventoria Federal	7.200\$000				
1	1.º Escriturário	Secretaria do Interior e Segurança Pública	7.200\$000				
1	Escrit. classe C	Gabinete do Secretário da Fazenda	6.600\$000	12		I	3 vagos
8	Escrit. classe C	Tesouro do Estado	6.600\$000				
1	2.º Escriturário	Chefatura de Polícia	6.420\$000				
1	Sub-Secretário	Dep. de Educação — Liceu Paraibano	6.000\$000				
1	2.º Oficial	Secretaria do Tribunal de Apelação	6.000\$000				
2	Escrit. classe B	Gabinete do Secretário da Fazenda	6.000\$000				
1	Encarregado de fichário	Gabinete do Secretário da Fazenda	6.000\$000				
5	Escrit. classe B	Tesouro do Estado	6.000\$000				
5	Escrit. classe D	Recb. de Rendas da Capital	6.180\$000				
4	Escrit. classe D	Recb. de Rendas de Campina Grande	6.180\$000	18		H	8 excedentes
1	Auxiliar de Escrit.	Pósto de Fornecimento de Combustível	6.000\$000				
1	2.º Escriturário	Diretoria de Viação e Obras Públicas	6.420\$000				
1	Revisor de Contas	Repartição de Saneamento de João Pessoa	6.000\$000				
1	2.º Escriturário	Repartição de Saneamento de João Pessoa	6.420\$000				
1	2.º Escriturário	Junta Comercial	6.420\$000				
1	Ajudante	Repartição dos Serviços Elétricos	6.000\$000				
26							
ESCRITURARIO							
1	3.º Escriturário	Instituto de Ident. e Médico Legal	5.820\$000				
1	3.º Escriturário	Departamento de Educação	5.820\$000				
1	3.º Escriturário	Chefatura de Polícia	5.820\$000				
2	3.º Oficial	Secretaria do Tribunal de Apelação	5.400\$000				
2	3.º Escriturário	Secretaria do Int. e Segurança Pública	5.820\$000	24		G	10 vagos
1	3.º Escriturário	Diretoria de Viação e Obras Públicas	5.820\$000				
2	3.º Escriturário	Porto de Cabedelo	5.820\$000				
1	3.º Escriturário	Diretoria de Fomento da Produção	5.820\$000				
1	3.º Escriturário	Repartição de Saneamento de João Pessoa	5.820\$000				
1	3.º Escriturário	Junta Comercial	5.820\$000				
ESTATISTICO							
2	Estatístico-chefe	Departamento Estadual de Estatística	10.800\$000	1		M	1 excedente
—	—	—	—	66		L	1 vago
1	Encarregado de Estatística	Diretoria de Fomento da Produção	8.400\$000	1		K	2 excedentes
2	Estatístico-auxiliar	Departamento Estadual de Estatística	8.400\$000				
2	1.º Apurador	Departamento Estadual de Estatística	7.300\$000	2		J	
—	—	—	—	2		I	2 vagos — Extintos os cargos excedentes e preenchidos os vagos, o saldo de 4.800\$000 anual será aplicado no preenchimento de um cargo da classe F da carreira de Estatístico-Auxiliar.
ESTATISTICO-AUXILIAR							
5	2.º Apurador	Departamento Estadual de Estatística	5.400\$000	1		H	1 vago
—	—	—	—	1		G	1 excedente

3 Recensadores
10 Auxiliar

Departamento Estadual de Estatística
Departamento Estadual de Estatística

3 8405000
2 4005000

3

9

2 vagos, um dos quais a ser preenchido quando se verificar o saldo de 4:8005000, na carreira de Estatístico.
3 vagos
6 vagos
10 excedentes (classe extinta).

(Continua)

EDITAIS

DIRETORIA GERAL DE SAÚDE PÚBLICA — A Inspeção da Fiscalização de Gêneros Alimentícios e Policiais Sanitários das Habitações — EDITAL de Interdição n.º 17 — De ordem do sr. Inspetor da Fiscalização de Gêneros Alimentícios e Policiais Sanitários das Habitações, da Diretoria Geral de Saúde Pública, deste Estado, aviso aos srs. Comerciantes, que de acordo com o artigo n.º 685 e parágrafos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto n.º 16.800, de 21 de dezembro de 1923, fica interdita a venda da Manteiga com a marca Venetor, fabricada por Fura, em Rio Preto, — Minas Gerais.

Os proprietários do presente edital, cujo teor na multa de quinhentos mil réis (500.000), a um conto de réis (1.000.000).

João Pessoa, 29 de novembro de 1940.

Maffei Pinho Rabelo — Serv. de Escrição.

VISTO — Dr. Alberto Fernandes

Cartaxo — Inspetor.

EDITAL N.º 7 — De ordem do

exmo. desembargador Presidente do

Excmo. Tribunal de Apelação do Es-

tado e de acordo com o atual Regu-

lamento do Concurso para o cargo

de Juiz de Direito, faz público para

conhecimento dos interessados, que,

peço prazo de trinta (30) dias a con-

tar da primeira publicação deste acia-

se aberta na Secretaria deste Tribu-

nal a inscrição dos candidatos ao

concurso para preenchimento do car-

go de Juiz de Direito das seguintes

comarcas de primeira instância: An-

tenor Navaro, Bonito Brejo do Cruz

e Jaboti, criadas pelo Decreto-lei n.º

89, de 10 de abril de 1940. (Organiza-

ção judicial).

O pedido de inscrição deverá ser

encaminhado à Presidência do Tri-

bunal, indicando o candidato a com-

parça a que compete e instruído o

requerimento com as provas abaixo

enumeradas:

a) de ser brasileiro nato;

b) de não ter menos de 25 anos

nem mais de 50 anos de idade, salvo

hipótese do art. 17.º único da lei

de Organização Judiciária;

c) de ser doutor ou bacharel em

direito em Faculdade oficial do País ou

reconhecida;

d) estar quieto com as obrigações es-

tatutadas em lei com a segurança na-

cional;

e) de saúde por atestado de mé-

dicos da Saúde Pública do Estado;

f) folha corrida dos lugares onde

residiu nos dois últimos anos, ou pro-

va do exercício, efetivo de função pú-

blica.

g) de idoneidade moral e capaci-

dade intelectual, por quaisquer do-

cumentos, títulos ou trabalhos.

Deverá juntar ainda 8 exemplares

impressos ou datilografados de uma

dissertação jurídica, escrita pelo

candidato especialmente para o con-

curso.

Art. 2.º — Os candidatos que concorrerem

ao último concurso é facultado insere-

rem-se neste, juntando a mesma

dissertação já apresentada.

Novo prático para qual ha-

ver o prazo de 5 horas será essen-

cialmente sendo considerados desclassi-

ficados os candidatos que obtiverem

nota inferior a 5.

No requerimento, indicará o candi-

dato, todos os lugares em que houver

exercido advocacia e quaisquer

Inspeção, incluindo assim a Lei Sa-

nitária em vigor.

O infrator tem o prazo de quarenta

e oito horas (48) a contar da data da

primeira publicação do presente edi-

tal para interpor recurso, findo o qual,

esta Inspeção enviará o processo ao

Diretor do Tesouro para os devidos

fin.

João Pessoa, 19 de dezembro de 1940.

Maffei Pinho Rabelo — Serv. de Es-

crição.

VISTO — Dr. Alberto Fernandes

Cartaxo — Inspetor.

EDITAL N.º 7 — De ordem do

exmo. desembargador Presidente do

Excmo. Tribunal de Apelação do Es-

tado e de acordo com o atual Regu-

lamento do Concurso para o cargo

de Juiz de Direito, faz público para

conhecimento dos interessados, que,

peço prazo de trinta (30) dias a con-

tar da primeira publicação deste acia-

se aberta na Secretaria deste Tribu-

nal a inscrição dos candidatos ao

concurso para preenchimento do car-

go de Juiz de Direito das seguintes

comarcas de primeira instância: An-

tenor Navaro, Bonito Brejo do Cruz

e Jaboti, criadas pelo Decreto-lei n.º

89, de 10 de abril de 1940. (Organiza-

ção judicial).

O pedido de inscrição deverá ser

encaminhado à Presidência do Tri-

bunal, indicando o candidato a com-

parça a que compete e instruído o

requerimento com as provas abaixo

enumeradas:

a) de ser brasileiro nato;

b) de não ter menos de 25 anos

nem mais de 50 anos de idade, salvo

hipótese do art. 17.º único da lei

de Organização Judiciária;

c) de ser doutor ou bacharel em

direito em Faculdade oficial do País ou

reconhecida;

d) estar quieto com as obrigações es-

tatutadas em lei com a segurança na-

cional;

e) de saúde por atestado de mé-

dicos da Saúde Pública do Estado;

f) folha corrida dos lugares onde

residiu nos dois últimos anos, ou pro-

va do exercício, efetivo de função pú-

blica.

g) de idoneidade moral e capaci-

dade intelectual, por quaisquer do-

cumentos, títulos ou trabalhos.

Deverá juntar ainda 8 exemplares

impressos ou datilografados de uma

dissertação jurídica, escrita pelo

candidato especialmente para o con-

curso.

Art. 2.º — Os candidatos que concorrerem

ao último concurso é facultado insere-

rem-se neste, juntando a mesma

dissertação já apresentada.

Novo prático para qual ha-

ver o prazo de 5 horas será essen-

cialmente sendo considerados desclassi-

ficados os candidatos que obtiverem

nota inferior a 5.

No requerimento, indicará o candi-

dato, todos os lugares em que houver

exercido advocacia e quaisquer

qualquer funções públicas.

Secretaria do Tribunal, de Apela-

ção em João Pessoa, 9 de dezembro

de 1940. Conselho V. Plá, 2.º oficial.

no impedimento do sr. Secretário.

TOSS-BRONCHITES
PHYMATOSAN
ELIMINA-FORTELECE

10.000 ditas idem idem de 60 quilos.

10.000 ditas idem idem de cores sor-

tadas de 60 quilos.

10.000 ditas idem idem idem 40

quilos.

500 fls. de papelão grosso n.º 33

couro.

500 fls. de papelão fino n.º 120 for-

ado.

50 quilos de resina de cajueiro.

6 tambores de tinta para jornal.

10 quilos de tinta branca neve.

100 litros de trapo médio de cor

branca.

5 quilos de verniz acetato.

500 milhetos de envelopes azul 12 x

15 comercial.

10 ditas idem idem com 12 x 15

5 ditas de envelopes gabinete tor-

nação 10 x 12.

20 caixas de papel renascença n.º

1454-G.

10 milhetos de envelopes p/carta n.º

7.

10 ditas idem idem n.º 8.

300 ditas de envelopes p/ofício 12 x 23.

300 ditas idem idem 12 x 17,5.

50 ditas idem 17,5 x 25,50.

50 ditas idem 27 x 36,50.

30 litros de tinta azul Pelikan.

30 ditas idem carmin Pelikan.

C material referente, será para en-

tregrar dentro de 20 dias a contar da

data do empenho.

As propostas deverão ser entregues

nesta Comissão, que funciona nesta

Secretaria, até às 14 horas de dia 7

de janeiro de 1941, em envelopes de-

vidamente fechados.

As propostas deverão ser escritas

a tinta ou datilografadas e assinadas

de modo bem legível, sem emendas,

rasuras ou borrões, em duas (2) vias

contendo os preços por extenso, e em

algum caso em moeda legal do país.

Em separação das propostas, os con-

correntes deverão apresentar recibos

de haver pago os impostos federal, es-

tadual e municipal.

Os proponentes obriga-se-ão a tor-

nar efetivo o compromisso a que se

propuserem, caso seja aceita a sua

proposta, assumindo a responsabilidade

nesta Comissão, com o prazo acima indi-

cado para entrega do mencionado ma-

terial.

Fica reservado ao Estado o direito

de anular a presente, chamando a

nova concorrência, ou deixar de e-

levar a compra do referido material.

Abertura das propostas e o con-

frento dos preços, serão feitos pela

Comissão na presença dos concorre-

ntes, ou a revelia dos mesmos.

A inscrição só será concedida ao

concorrente considerando idêntica, não

sendo levado em consideração nenhu-

ma proposta cuja firma não satisfaça

essa exigência.

Comissão de Compras da Secretaria

Interno e Segurança Pública,

25 de dezembro de 1940.

José Leal.

VISTO — J. de Barja Peregrino —

Secretário do Interior.

EDITAL

Cooperativa Paraibana de

Beneficiamento e Venda de

Arroz

1.ª Convocação

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDI-

NÁRIA

Pelo presente edital, ficam convi-

dados todos os associados da Cooperativa

Paraibana de Beneficiamento e Venda

de Arroz, com sede nesta localidade,

a se reunirem em assembleia geral ex-

traordinária, às 14 horas do dia 12

de janeiro do ano próximo, a fim de

tratar da reforma dos seus estatutos.

Piriputuba, 27 de dezembro de 1940.

João Floripes de M. Sá — Diretor.

Presidente.

AVISO

PANAIRO DO BRASIL S. A. comunica às autoridades, ao comércio

e ao público em geral, que tendo o sr. Frederico von Sothen deixado

espontaneamente de ser seu representante em João Pessoa e

Cabeleiro, foi nomeado para substituí-lo, a partir desta data, o sr.

ARNALDO VON SOTHEN estabelecido à Rua João Sussanna n.º 18.

Outrosim, torna público o seu agradecimento ao ex-agente

pela sua valiosa cooperação, durante o tempo em que atuou neste

Estado como seu representante.

PONE 1496.

João Pessoa, 1.º de janeiro de 1941.

A. VON SOTHEN

JAIME FERNANDES BARBOSA

ADVOGADO

Accita chamado para o interior

ESCRITÓRIO — Av. General Osório, 231

RESIDÊNCIA — FONE — 1144

JOÃO PESSOA

AGUARDEM !

AS MULHERES

Um filme só de mulheres... e todo sobre os homens !

AINDA ESTE MES !

Randolph Scott — Joan Bennett

— em —

A HEROINA DO TEXAS

FELIPÉIA

Hoje às 7.15 horas — \$100 - \$800

Mickey Rooney
Judy Garland

— em —

MENINO
DE OURO

Complementos

HOJE ! NA VITORIOSA "SESSÃO

POPULAR" DO "REX"

Por especial deferência da "Metro G. Mayer"

Hedy Lamarr — Robert Taylor

os maiores amadores do cinema

FLÔR DOS TRÓPICOS

COMPLEMENTOS

BRINDE: uma rica oferta da Cia. Exhibidora

AINDA ESTE MES !

Tyrone Power — Alice Faye

A EPOPEIA DO JAZZ

Para abafar !...

AMANHÃ NO**FELIPÉIA**DOROTHY LAMOUR
JACK BENNY
BETTY GRABBE

— em —

O
TERROR
DOS MARIDOS

PARAMOUNT

AGUARDEM !

NORMA SHEARER

JOAN CRAWFORD

ROSALIND RUSSELL

PAULETTE GODDARD

JOAN FONTAINE

— em —

AS MULHERES**JAGUARIBE**

Hoje às 7.15 horas — \$100 - \$800

5.ª série do formidável filme

A ARANHA NEGRA

Juntamente JOHN WAYNE

— em —

TRUFOS NA MESA

COMPLEMENTOS

**PILULAS DE FOSTER**

REUMATISMO · ACIDO URICO · DORES LOMBARES · SCIATICA

LLOYD BRASILEIRO

PATRIMÔNIO NACIONAL

Agente: — BASILEU GOMES — Praça Antenor Navarro, 31 — Fône 1443

NAVIOS EM TRANSITO**PARA O NORTE**

Paquete COMANDANTE RIPPER — Esperado no dia 3 de Janeiro, saindo no mesmo dia para os portos de Natal, Fortaleza, Tutoia, Parnaíba, São Luiz e Belém.

Paquete D. PEDRO II — Esperado no dia 9 de Janeiro, saindo no mesmo dia para os portos de Natal, Fortaleza, S. Luiz, Belém, Oidos, Santarém, Parintins, Itacoliária e Manaus.

PARA VENEZUELA E AMÉRICA DO NORTE

Paquete CANTUARIA — Esperado no dia 12 de Janeiro, saindo no mesmo dia para os portos de Natal, Fortaleza, São Luiz, Belém, Port of Spain, La Guayra, New-York.

PARA O SUL

Cargueiro FARRAPO — Esperado no dia 5 de Janeiro, saindo no mesmo dia para os portos de Recife, Macaé, Rio de Janeiro, Santos, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre.

Paquete RODRIGUES ALVES — Esperado no dia 3 de Janeiro, saindo no mesmo dia para os portos de Recife, Macaé, S. Salvador, Rio de Janeiro e Santos.

Cargueiro "INCONFIDENTE" — Esperado no dia 12 de Janeiro, saindo no mesmo dia para os portos de Recife, Macaé, Rio de Janeiro, Santos, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre.

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA

FÔNE 1424 —:— PRAÇA ANTENOR NAVARRO, 58 — SOB.

LINHA RAPIDA ENTRE CABEDELO E PORTO ALEGRE

"ITAPUHY"

Chegará quinta-feira, 2 de Janeiro p. futuro e sairá no mesmo dia para os portos seguintes: Recife, Macaé, Bala, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Paranaíba, Antonina, Florianópolis, Imbituba, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre.

PROXIMAS SAÍDAS

"ITASSUCE" — Chegará sexta-feira, 10 de Janeiro p. futuro.

AVISO

Recebemos também com baldeação para Penão, Aracaju, Ilhéus, S. Francisco, Itajai e Campos. As passagens serão vendidas mediante apresentação de atestado de vacina.

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

METROPOLE

O cine mais arrojado da Capital — Aparelhagem sonora "Philips"

HOJE — A/s 7 1/2 horas — HOJE

"SESSÃO DA ALEGRIA" — PREÇO UNICO: \$600

Na tela: —
FRED SCOT desafiando o perigo e combatendo os malfetores, em**CAIXA DO TESOURO**

No palco:

PINICULINO — o inimigo n.º 1 da tristeza

AMANHÃ — Os estudantes elegem sua nova rainha — SONJA HE-NIE e RICHARD GREENE, em — MINHA BOA ESTRELA. Juntamente — "UFA JOURNAL", com as últimas notícias da guerra relâmpago.

2.ª FEIRA — "Sessão das Moças". Senhoras \$600 — Dick Powell bandando o valente, em — CORAGEM A MUQUE. Sessões contínuas, em comemoração ao DIA DE REIS

Na próxima semana ! — Início do seriado dos gurus, Ralf Byrd e Bela Lugosi, em — GUARDA COSTA ALERTA

LLOYD NACIONAL S. A.

SÉDE — RIO DE JANEIRO

PARA O SUL

ARARAQUARA — Esperado a 15, saindo no mesmo dia para Recife, Macaé, Bala, Rio de Janeiro, Santos, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre.

CAMPEIRO — Esperado a 13, saindo no mesmo dia para Recife, Macaé, Bala, Rio de Janeiro, Santos, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. PAQUETE "ARATIMBO" — Esperado a 22, com escala nos portos de Recife, Macaé, Bala, Rio de Janeiro, Santos, Pelotas e Porto Alegre.

PARA O NORTE

ARAGANO — Esperado no dia 10, saindo no mesmo dia para Natal, Areia Branca, Fortaleza, Maranhão e Belém.

CARGUEIRO "ARAGANO" — Esperado a 11, com escala nos portos de Natal, Areia Branca, Fortaleza, Maranhão e Belém.

ARTUR & CIA. — Agentes

PRAÇA ANTENOR NAVARRO, 33

Doenças dos Olhos**DR. HIGINO COSTA BRITO****ESPECIALISTA**

Ex-Assistente do Prof. Sanson no Rio de Janeiro — Diplomado em Tracomiologia pelo Ministério de Educação e Saúde Pública — Oculista do Hospital Santa Isabel e do Centro de Saúde da Capital.

TRATAMENTO MEDICO E OPERATORIO DAS**AFECÇÕES OCULARES**

Consultas: — Das 14h às 18 horas, diariamente. Consultório: — Rua Visconde de Pelotas, 289 - 1.º andar (Junto ao Cinema "Piaça") — Fône 1 - 7 - 2 - 1 Residência: — Rua 7 de Setembro, 133 — Fône 1558

CLÍNICA MÉDICA E PARTOS**DR. MIRANDA FREIRE**

(Ex-Interno residente e ex-médico interno do Hospital Pedro II do Recife. Prática nos Hospitais de S. Francisco de Assis e Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro)

DOENÇAS DO CORAÇÃO E AORTA, ESTOMAGO, FÍGADO, INTESTINO E RINS.

Consultas das 14 às 18 horas.

CONSULTÓRIO: — DUQUE DE CAXIAS, 553

RESIDÊNCIA: — AVENIDA PADRE MEIRA, 118

João Pessoa

Paraíba

O ÊXITO DEPENDE DA ESCOLHA

Existem muitos remédios para Gripe, Resfriados e Febres diversas, remédios que fazem diminuir a ação eliminadora dos Rins, fonte de vital importância.

A "CASSIA VIRGINICA" é remédio garantidamente inofensivo, que tanto pode ser usado por pessoas idosas ou fracas, como pelas crianças de mais tenra idade, sem nenhum inconveniente.

"CASSIA VIRGINICA" regula a função dos Rins e é um anti-febri sem igual para Gripe, Resfriados e todas as febres infecciosas.

DISTINGUIDO COM MENÇÃO HONROSA NO 2.º CONGRESSO MEDICO

DE FERNAMBUCO

(Vide prospecto que acompanha cada vidro)

A VENDA NAS MELHORES FARMACIAS

BANCO DO PÔVO

DESCONTA TÍTULOS SOBRE A PRAÇA E SOBRE A COSTA — TRANSFERE DINHEIRO POR CHEQUE OU TELEGRAMA.

FORNECE AOS SRS. VIAJANTES CARTAS DE CRÉDITO SOBRE AS PRINCIPAIS PRAÇAS DO PAÍS

Dispõe de eficiente rede de agentes para cobrança de títulos sobre o interior deste e doutros Estados — Adianta dinheiro em C/C garantida sob caução de efeitos comerciais

A FILIAL DE JOAO PESSOA ABONA OS SEGUINTE JUIROS AOS SEUS DEPOSITANTES :

C/C LIMITADAS — 5% — Entradas desde 20\$000 até 10\$000\$000. Retiradas livres por cheques isentos de selos. — Fornece-se caderneta.

C/C ESPECIAL — 4% — Entradas desde 100\$000 até 50\$000\$000. Retiradas livres em cheques selados. — Fornece-se caderneta.

C/C MOVIMENTO — 3% — Entradas desde 100\$000, sem limites. Retiradas livres em cheques selados. — Fornece-se extrato de conta mensal. — A conta é sua casa comercial.

C/ DE AVISO PREVIO — Aviso de 15 dias 3%. Aviso de 30 dias 4%. Fornece-se caderneta. — Retiradas por cheques selados.

CONTAS A PRAZO FIXO — Depósitos desde 1\$000\$000, 3 meses 5%. 6 meses 6%. — 12 meses 8% capitalizados semestralmente. 24 meses 8 1/2 % com retiradas mensais dos juros em cheques selados. — Fornece-se caderneta.

CINE SÃO PEDRO

A CASA DOS GRANDES ROMANCES DA TELA

HOJE — Uma sessão às 7.15 horas — HOJE

PREÇO: -- \$800

Continuação do empolgante seriado

A ARANHA NEGRA

Imp. até 14 anos — 3.ª série — Juntamente BOB BAKER no "far-west" da "Universal"

CORAGEM CATIVANTE
E MAIS COMPLEMENTOS

DOMINGO — Preparar-se para uma sensação quase incrível, assistindo AUDIOSCOPIA — um pequeno filme em alto relevo. Surpresas sobre surpresas. Na mesma sessão o grande filme — "Corações em duelo", com Ann Harding, Maureen O'Sullivan, Herbert Marshall. Para o filme AUDIOSCOPIA serão fornecidos óculos com reclames de diversas casas comerciais desta praça.

3.ª FEIRA — "SALTEADOR MASCARADO"

JOSÉ MOUSINHO

ADVOGADO

Avenida João Machado, 348 — Fône, 1588
Trincheiras — João PessoaDoenças da pele, venéreas e sífilis — Ele-
tricidade médica

ESPECIALISTA

DR. ALBERTO FERNANDES CARTAXO

CONSULTÓRIO: Rua Duque de Caxias, 454 — 1.º andar.
CONSULTAS: De 16 às 18 horas diariamente.
RESIDÊNCIA: Rua Padre Meira, 140.

OFICINA AMERICANA

de JOÃO AFONSO & CIA.

SOLDAS A OXIGENIO, PINTURAS A DUCO E A ESMALTE SINTÉTICO
A única que está equipada com aparelhagem moderna para executar com a maior rapidez e garantia todo e qualquer serviço de concretos e reformas em automóveis, etc.
Posto de Serviços com lavagem e lubrificação automática para atender a qualquer horaMODICIDADE NOS PREÇOS
Praça S. Pedro Gonçalves, 33 — Fône 1566 — João Pessoa

DR. EDWARD CHAVES

Ex-assistente do Prof. Lemos Torres no Hospital de Tuberculosos São Luiz Gonzaga — Jacará — São Paulo. Ex-assistente do Prof. José Guilherme nos Hospitais São Zacarias e Hahnemanniano — Rio de Janeiro.

DOENÇAS DOS PULMÕES, BRONQUIOS E PLEURAS

Tratamento da tuberculose pulmonar pelo Pneumotorax Artificial e demais processos. — Operação de Jacobus.

Moderníssimo e completo serviço de RAIOS X e PLANIORAFO

Consultório — Rua do Hospício, 155 — Terreo
Consultas — Das 8 às 12 e de 15 às 18 horas.
Residência — Rua Nicaragua, n.º 111 — ESPINHEIRO

E' UM FRACO? TEME A TUBERCULOSE?



Emagrecimento, tosse seca, febre, dores no peito, resfriados frequentes e mau estar são sintomas de fraqueza pulmonar, a porta aberta à tuberculose.

VANADIOL

é excelente para as pessoas assim enfraquecidas, porque é um poderoso tônico do pulmão fraco.

Qualquer pessoa pode tomar o VANADIOL para fortalecer-se e engordar.

Indicado na Anemia — Palidez — Fístia e em todos os estados de fraqueza.

DR. ALCIDES BALTAR

Ex-interno dos serviços de Cirurgia do Prof. Fonseca Lima (Hospitais Infantil e Santo Antonio) — RECIFE

CIRURGIA GERAL E INFANTIL — DOENÇAS DAS SENBORGAS VIAS URINARIAS — PARTOS

CONSULTÓRIO: Duque de Caxias, 442 (Edifício Teresinha Cristina)
Das 15 às 18 horas, diariamente — Fône 1.790

RESIDÊNCIA: — Diogo Velho, 123

H. O. J. E. — NA GRANDIOSA "SESSÃO POPULAR" DO "PLAZA" — ALMA FLORA — RODOLFO WAYER — NILZ MARGASSI — OSCAR SOARES — MESQUITTINHA — GRANDE OTHELLO — CARLOS BARBOSA — LUIZA NAZARETH — WANDA MARCHETTI — DIRCINHA BATISTA — em ONDE ESTÁS, FELICIDADE?

UM FILME DA "CINEDIA" DISTRIBUÍDO PELA D. F. B. — BRINDE: UMA GRANDIOSA OFERTA DA "CASA AZUL"

FINALMENTE! Amanhã no "PLAZA" em soirée

O romantismo impetuoso e a mais bela e amorosa de todas as mulheres, reunidos para atenderem aos rogos e intimações do público universal.

KAY FRANCIS e ERROL FLYNN

OUTRA AURORA

Um "super-drama" de amor, sacrifício, aventura e renúncia.

Uma sensacional joia da "Warner Bros"

SANTA ROSA

HOJE AS 7h

"Warner Bros" apresenta

ERROL FLYNN — BETTE DAVIS

AS IRMÃS

COLOSSAL!
Preços: 1500 e \$800

MATINÉE AMANHÃ

NO "PLAZA"

AS CINCO GEMEAS DIONE

— em —

CINCO DO MESMO

NAIPE
Preço único: — \$600

ASTÓRIA

HOJE AS 7h

JAMES CAGNEY, em

HERÓIS DO AR

E mais a 6.ª série de
RED BARRY
Preços: — 1500 e \$800

2.ª FEIRA! NO "PLAZA" — POLA NEGRI, EM — TANGO NOTURNO!

DOMINGO MATINAL NO "PLAZA"

1.ª série de Bandoeiro do vale do fogo

e mais — Castigo imprevisto

BUCK JONES

AGUARDEM NO "PLAZA"

O FILHO DE FRANKENSTEIN

KING — KONG

PEQUENOS ANÚNCIOS

IMÓVEIS À VENDA

Diversos prédios e terrenos pequenos e grandes, nesta cidade, desde 3.000\$000, à tratar com Paulo Cirne, rua 13 de Maio n.º 793, telefone 1902.

CASA PARA ALUGAR

Aluga-se a casa n.º 576 da rua Duque de Caxias. Situada no melhor ponto da cidade, é própria para um estabelecimento comercial, escritório, consultório, etc. A tratar à mesma rua, 614.

EXAMES DE ADMISSÃO

O professor Mário Gomes prepara alunos para exames de admissão aos cursos secundários. Mantém um curso de correspondência comercial e burocrática.

Rua Duque de Caxias 39, prédio do Sindicato dos Retalhadores, 1.º andar.
Horário: 7 às 10 — Pagamento adiantado.

A QUEM INTERESSAR

ALUGA-SE uma casa com pequeno sítio, água e luz, à Avenida 24 de Maio n.º 638.

A tratar na avenida Cambó de Holanda n.º 214.

VENDE-SE o prédio n.º 174, à rua Duque de Caxias, com acomodações para grande família. A tratar na mesma rua n.º 36.

MÓVEIS BARATOS

Vende-se por pequenos preços à av. Capitão José Pessoa, n.º 48, 1 mesa de ferro (para médico), 1 "bureau" com 7 gavetas, 1 mesa coberta de azulão, 1 mesa para prateleiras, 1 esquadria de madeira (para médico), 2 cadeiras de vime, etc.

MARACUJÁ

Compra-se qualquer quantidade.

Paga-se bom preço.

Fábrica "SANTHAUA".

Rua da República n.º 133 a 135.

ESPAÇOSAS CASAS

Alugam-se as da Avenida Maximiana de Figueiredo n.ºs 423 e 597, tendo esta 7 amplos quartos, duas salas, cozinha, copa, banheiro e sítio: bondes à porta. Tratar à Avenida João Machado, 795. Preço comodo.

CASA PARA ALUGAR

Aluga-se a casa n.º 576 da rua Duque de Caxias. Situada no melhor ponto da cidade, é própria para um estabelecimento comercial, escritório, consultório, etc. A tratar à mesma rua, 614.

Pressa para mosaico

Vende-se uma de fabricação ARGENTINA, com dois quadros, moldes & Economia de 50%. Ver e tratar na Avenida João Machado n.º 795.

SENHOR SOLTEIRO, de idade, procura sublocar a um senhor, ou casal sem filhos, parte da casa que ocupa. A disposição.

Dormitório, sala, jantar, cozinha pequena, e aparelho sanitário. — Perto do Clube Astória. Informações na A UNIAO com o porteiro.

MOTOCICLETA

Vende-se um de 7 1/2 cavalos Tipo DKW em perfeito estado de funcionamento — Tratar à Avenida Epitácio Pessoa, 514 — J. Pessoa

SEÇÃO LIVRE

ZITA MORENO
7.º dia

Mons. Odilon Coutinho e irmãos, Elvira Moreno, Anesio D. Moreno (ausente), Hildebrando Moreno, Manuel Deodônio Moreno e Tercelina Veloso Moreno, Eulino Moreno Gondim e Inácio Gondim (ausentes), Santina Moreno, Albuquerque e Marinho, tios, irmãos e cunhados da inesquecível ZITA MORENO, falecida no Rio de Janeiro em 30 de dezembro findo, convidam todos os parentes e amigos, para assistirem às missas que serão celebradas no dia 4 do corrente, sábado, às 6 1/2 horas, na Catedral Metropolitana. Pelo compariamento a esse ato de caridade e de preces, hipotecam desde já sincero agradecimento: João Pessoa, 2 de janeiro de 1941.

AMADEU SOUZA comunica às Repartições Públicas, aos seus prezados clientes e ao comércio em geral, que resolveu encerrar o seu escritório nesta capital, devendo, d'agora por diante, todos os assuntos referentes à sua firma, serem tratados no escritório de Recife, à Rua da Palma n.º 450, teleg. "AMASOUSA".
João Pessoa, 30 de dezembro de 1940. — Amadeu Souza.

PRUDENCIA

A COMPANHIA QUE, PROPORCIONALMENTE,
MAIORES QUANTIAS PAGACOMBINAÇÕES SORTEADAS
Resultado do sorteio realizado no dia 31 de dezembro, na sede da Companhia em SÃO PAULO

KNEJ COHJ OZAJ DMFJ ZSP ONCJ GZX TMQ

UI 18 GP 26 PM 21 YR 21 VQ 12 ML 24

AI 9 SV 25 OR 36 DS 34 CG 29 RP 5

TODOS OS TÍTULOS CONTEMPLADOS SERÃO LIQUIDADOS

IMEDIATAMENTE

INFORMANTE NESTA CIDADE

Francisco Neves

RUA DA AREIA, 336



JOAO PESSOA, 1 DE DEZEMBRO

DE 1940 — SR. ALBERTO COSTA —

Saudações — Tendo deixado de ser

nosso empregado por sua livre e ex-

ponatante vontade, conforme recibo

em nosso poder; confirmamos por

meio desta que durante o tempo que

trabalhou conosco desempenhou com

muito esforço todos os seus deveres e

abnegação em seus serviços, revelan-

do-se assim um ótimo empregado.

Desde já ficamos muito grato —

Altair de M. C. B. (A firma está devidamente reconhecida)

Aviso a nossa distinta fre-

guesia e ao público

Obedecendo a nova ordem de orga-

nização nos serviços de nossa casa,

tomamos a deliberação de sustar to-

das as vendas fiado; vendendo exclu-

sivamente a dinheiro.

Esperamos que haja da parte de

nossa honrada frequência a melhor

compreensão deste nosso gesto, pois

não se trata de nenhuma encerramen-

to de crédito e sim pela razão acima ex-

posta. A partir de hoje as vendas se-

rão efetuadas exclusivamente a di-

nheiro.

Farmácia Central — Ponto de 100

réis. — Pessoa, Teixeira Ltda.

FORMIGUINHAS CASEIRAS

80 desaparecem com o uso do único

produto líquido que atira e exter-

mina as formiguinhas caseiras e toda

espécie de barata

"BARAFORMIGA II"

Encontra-se nas boas Farmácias e

Drogarias

DROGARIA LONDES

